



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1340/04	DATA: 23/11/2004
INÍCIO: 14h29min	TÉRMINO: 17h01min	DURAÇÃO: 02h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h31min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ERNEY FELÍCIO PLESSMANN DE CAMARGO – Presidente do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica — CNPq.
PETER MANN DE TOLEDO – Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi.
ELIANE MOREIRA – Coordenadora do Núcleo de Propriedade Intelectual do Centro Universitário do Pará — CESUPA.

SUMÁRIO: Depoimentos sobre fatos relacionados ao objeto de trabalho da CPI, mais especificamente a biopirataria.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, exploração de comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 5ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata, já que foi distribuída anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em atendimento à solicitação do Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, coloco em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Ordem do dia. Esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para ouvir o Dr. Erney Felício Plessmann de Camargo, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica — CNPq; o Dr. Peter Mann de Toledo, Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi; e a Dra. Eliane Moreira, Coordenadora do Núcleo de Propriedade Intelectual do Centro de Ensino Superior do Pará – CESUPA e solicitar esclarecimentos a respeito de fatos relacionados com o objeto de trabalho desta CPI, mais especificamente a biopirataria. Convidamos o primeiro convidado de hoje, Dr. Erney Felício Plessmann de Camargo, para tomar assento a esta bancada. Nesse interregno, esclareço que o tempo concedido aos convidados será de 20 minutos. Os Deputados interessados em interpelá-los poderão se inscrever previamente junto à Secretaria. Cada Deputado inscrito tem prazo de três minutos para formular suas considerações e pedir-lhes esclarecimentos, dispondo os expositores de igual tempo para resposta, facultada a réplica e a tréplica, se for o caso, pelo mesmo prazo. Esclareço ainda que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição das fitas. Por isso, solicito que falem ao microfone, declinando seus nomes, quando não for anunciado pela mesa. Dando início ao período de exposição, concedo a palavra ao Dr. Erney Felício Plessmann de Camargo.

O SR. ERNEY FELÍCIO PLESSMANN DE CAMARGO - É uma oportunidade extremamente importante apresentar ao nosso Congresso, à Câmara, inicialmente, o papel do CNPq na prevenção — eu não digo combate porque isso não nos



compete — da biopirataria. Eu vou ser breve porque, inclusive eu conheço meus colegas expositores, e o Dr. Toledo tem alguns dados muitos substantivos para apresentar a respeito de nossas instituições. E eu gostaria de preservar um pouco do meu tempo e concedê-lo a ele. Eu não preciso fazer os prolegômenos correspondentes e dizer da importância que tem para o País a prevenção da biopirataria, nem preciso falar sobre a nossa grande biodiversidade. Mas, eu preciso falar qual é exatamente o papel do CNPq nessa área. Quem concede autorização, no caso de estrangeiros que queiram estudar e coletar amostras de plantas ou animais no País, é o CNPq. E ele o faz de duas maneiras: através de convênios com instituições nacionais, universidades, institutos de pesquisas, garantindo a eles o acesso ao material biológico, ou caso não haja convênio com a instituição e sejam pesquisadores estrangeiros os interessados em estudar nossa diversidade — as chamadas expedições científicas — o CNPq é quem concede ou não especificamente autorização para o estudo em questão. Somos extremamente cuidadosos na concessão dessas autorizações. Tão cuidadosos quanto se pode ser. Mas nós não temos nenhum mecanismo e não nos cabe fiscalizar a utilização da concessão por nós dadas. Outros organismos são responsáveis por isso. Agora, Sr. Presidente, se o senhor me permite uma pequena digressão: é muito importante, claro, que nós preservemos o nosso patrimônio genético, o nosso patrimônio florístico e faunístico, mas para poder preservá-lo, Sr. Presidente, nós precisamos conhecê-lo. E, infelizmente, como a minha instituição é uma instituição de pesquisa, eu devo confessar a este plenário que, provavelmente, nós não conhecemos nem 20% da nossa própria biodiversidade. Toda a fauna das copas das nossas florestas é praticamente desconhecida. A fauna microbiológica dos nossos rios, se nós conhecermos 1% delas, é um sucesso absoluto. A fauna de fungos das nossas florestas — os fungos que degradam quitinas e celulose e que podem ter uma alta importância industrial inclusive — é praticamente desconhecida. Então, nós nos vemos numa situação, Sr. Presidente, muito estranha. E nós nos preocupamos em defender, e defender na medida e no limite das nossas competências e capacidades. Nós nos propomos a defender aquilo que não conhecemos plenamente. Então, uma tarefa faz parte da segurança nacional, inclusive, que nós adotemos medidas muito importantes e muito certas para conhecermos aquilo que



nós possuímos. O CNPq deve lançar este ano programas na ordem de 90 milhões de reais, e grande parte dele será dedicado ao estudo da biodiversidade — não só da Amazônia, claro, mas também do pantanal e do semi-árido, porque nós consideramos absolutamente fundamental, pelas razões aqui expostas, que nos assenhoremos de nossa própria biodiversidade. Mais do que isso, o CNPq tem em colaboração com instituições das regiões do pantanal, da Amazônia e do semi-árido financiado bolsas de estudo para doutores da Região Sudeste que queiram se deslocar a essas regiões, exatamente para o estudo da nossa biodiversidade. São as bolsas que nós chamamos de Bolsas de Desenvolvimento Científico e Regional. O que eu estou falando evidentemente radica num subaspecto da biopirataria. E o subaspecto, volto a enfatizar, é que, para proteger e bem defender a nossa biodiversidade, é preciso conhecer. Uma vez conhecida, é perfeitamente cabível que tomemos medidas para proteger realmente o que precisa ser protegido. E aí nós temos que usar toda a nossa competência tecnológica, os nossos quadros técnicos para nos dizer exatamente em que direção devem ser centradas as nossas medidas protetivas, ou protetoras. Nesse sentido, o depoimento do Dr. Toledo sobre a competência de nossas instituições, particularmente as amazônicas, para gerar conhecimento e se apropriar e transformar esse conhecimento, será muito oportuno. Para terminar esses breves comentários, ao lado de conhecer melhor a nossa biodiversidade e tomar medidas para protegê-la, nós precisamos nos preocupar muito com a agilidade de todo o processo de credenciamento e de estudo dessa mesma biodiversidade. Às vezes, o credenciamento tem que passar por tantos órgãos, entre eles eu cito o IBAMA, a FUNAI, o CEGEM, que há demora entre o pedido do pesquisador e a concessão final da autorização pelo CNPq da ordem de mais de um ano. Quer dizer, um pesquisador que tem um projeto e está pronto para responder a uma determinada pergunta científica, às vezes fica absolutamente parado, hibernando, esperando a nossa autorização. Não sei em que medida a legislação, ou em que podemos interferir, mas é absolutamente imperioso que esse processo todo seja agilizado. Sr. Presidente, era basicamente isso que eu tinha a comentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradeço a V.Sa. a colaboração. Passo a palavra ao Relator, para suas observações.



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Dr. Erney, muito obrigado pela sua presença e pelas suas explicações sucintas, porém importantes. Eu gostaria de lembrar aos presentes aqui — antes de propriamente entrar nas nossas perguntas— que esta já é a nossa terceira reunião de audição, e em todas elas nós não temos tido uma presença parlamentar importante. Talvez, o momento que o Congresso esteja passando, em particular a Câmara dos Deputados, seja um dos principais motivos da ausência dos membros da nossa Comissão nessas audiências. Por outro lado, também, Dr. Erney, caros conferencistas convidados de hoje, é importante ressaltar que existe uma certa cultura das CPIs que privilegia o escândalo, privilegia as matérias que dão notícia mais imediata. Graças a Deus, eu não faço parte desse time que privilegia esse tipo de atividade. É por isso que eu, de agora em diante, vou fazer questão, Sr. Presidente, de explicar aos nossos conferencistas, aos nossos convidados, que essas reuniões são gravadas – há, no mínimo, cinco assessores aqui –, e sobre elas, evidentemente, a Comissão vai se debruçar, como tem-se debruçado. Elas são de suma importância para a elaboração do relatório final. Relatório esse, sim, que é produto do trabalho da Comissão e que deverá passar pelo crivo da maioria da Comissão e terá sua aplicação, independente de decisão de plenário. Na CPI passada, da qual tive a honra de ter sido Relator, nós conseguimos fazer em pouco tempo — porque o nosso prazo se deu praticamente durante o recesso — um relatório importante que serviu de base para inúmeras políticas pontuais, e até mesmo estruturais, do Governo Federal, e também de parâmetro para algumas organizações não governamentais. Então, feitas essas explicações, e sabendo dos seus outros compromissos aqui, eu vou-me ater às perguntas anteriormente preparadas. Que tipos de contratos e convênios são feitos pela instituição de V.Sas., como pesquisadores e entidades estrangeiras? Que procedimentos são adotados de modo a prevenir eventuais ações de biopirataria e contra o patrimônio genético brasileiro? O CNPq tem algum controle sobre a destinação dos produtos eventualmente gerados pelas pesquisas? Que exemplos V.Sa. conhece de empresas ou organizações não governamentais brasileiras ou de outros países que atuam com acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado na Amazônia? V.Sa. tem conhecimento sobre a situação de regularidade ou não das atividades dessas pessoas jurídicas, em face da legislação



vigente? V.Sa. acredita que os entes públicos que controlam as questões ligadas à conservação e utilização da biodiversidade no Brasil realmente têm controle sobre o que ocorre no País? Esse quadro tem melhorado ou piorado nos últimos anos? Que ações V.Sa. entende deveriam ser adotadas de modo a implementar uma política de formação e fixação de pesquisadores na região amazônica? Por exemplo, aquele projeto PROBEM, aquele centro de pesquisa inaugurado em Manaus. Existe alguma linha de pesquisa científica institucional do CNPq que dê prioridade à pesquisa da biodiversidade? V.Sa. já respondeu a essa pergunta durante a palestra. V.Sa. tem notícia acerca de pessoas físicas ou jurídicas sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e à preservação do patrimônio genético no Brasil, e que deveriam ser investigadas por esta CPI? Dr. Erney Camargo, essas perguntas não necessariamente precisam ser respondidas agora. O que nos interessa, realmente, são elementos para a gente poder formar uma opinião sobre o quadro geral, antes de realmente a gente partir para algumas sugestões. Então, eu vou passar essas perguntas às mãos de V.Sa. Se V.Sa. achar que algumas delas são importantes ser respondidas agora, pode respondê-las. Senão, quanto às outras, esperaríamos, em curtíssimo prazo, que fossem enviadas aqui para a nossa CPI.

O SR. ERNEY FELÍCIO PLESSMANN DE CARMARGO - Muito obrigado, Deputado. Eu posso responder algumas agora, evidentemente, as mais imediatas; sobre as outras, eu tenho que consultar a minha assessoria. Bom, os contratos e convênios que são feitos pela nossa instituição eles são com instituições... contratos e convênios. Em geral, são com instituições nacionais, que são autorizadas a coletar material e, eventualmente, a convenientes dessas instituições nacionais, embora estrangeiras, pelas quais as instituições nacionais se responsabilizem. Nós somos muito cuidadosos na concessão de autorização. O comitê assessor passa pelos nossos diretores e passa pela presidência. Agora, tem um mecanismo, Sr. Deputado, que é praticamente impossível, hoje, prevenir um certo tipo de biopirataria. Absolutamente, qualquer... Mesmo que se dê autorização apenas para examinar o material, sem a autorização para coletar. Nós não temos, e ninguém tem, em nenhum lugar do mundo se tem esse tipo de controle, que o cidadão com uma gilete tire um pedaço da planta, ponha no próprio bolso, ponha num pedacinho



de plástico e leve o material genético. Hoje, com os recursos da engenharia genética e da biologia celular, você pode reconstruir todo um patrimônio genético a partir de uma pequena mostra. Disso não só não temos controle, como eu duvido que em algum lugar do mundo se tenha controle. Então, a profilaxia desse processo está muito mais em acordos internacionais, provavelmente, do que no processo de vigilância. A vigilância excessiva, neste caso, pode levar até a uma paranóia, que leve a uma paralisia de qualquer tipo de pesquisa.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Só um esclarecimento, Dr. Erney. Isso é importante para o nosso trabalho, para o trabalho da nossa CPI. É praticamente impossível, como V.Sa. falou, através do poder de polícia, comando e controle, segurar isso. Eu concordo plenamente com suas primeiras palavras. Só o conhecimento pleno da nossa biodiversidade vai impedir a biopirataria, vai impedir o mau uso. Mas, neste momento que nós estamos vivendo, em que a troca de informações é muito rápida... ainda há pouco, na primeira sessão, esteve aqui o Chefe do Departamento da Polícia Federal, encarregado desse setor, que disse que foi pego um italiano... um italiano, não, um sueco — eu não me lembro bem a nacionalidade do traficante —, e que ele estava levando ovos de aranha para determinado laboratório da Suíça, que iria usar... era uma rede de laboratórios. Bem, a pergunta básica, só para finalizar, ter idéia geral, é a seguinte: é possível se saber, hoje, se existe algum produto, utilizado em larga escala por laboratórios nacionais, como cosméticos, como remédios para pressão, sei lá, para mil coisas, existe a possibilidade de nós sabermos se esse conhecimento tradicional, se esse produto saiu da nossa fauna, da nossa flora, da nossa biodiversidade? É possível que se saiba isso, para poder agir, aí, sim, em torno dos organismos internacionais, levantar uma questão ética, mundial sobre esse tipo de biopirataria?

O SR. ERNEY FELÍCIO PLESSMANN DE CARMARGO - Em alguns casos, sim. Evidentemente, não em todos. Por exemplo, plantas, muitas são comuns no mundo. Mas, em alguns casos... Eu fui diretor do Instituto Butantan de São Paulo. Venenos de cobra tinham valor econômico muito grande, porque a partir do veneno se tira medicamentos, produtos dos mais variados. E os venenos de cobras brasileiras sempre foram objeto de cobiça industrial, inclusive material. Em várias oportunidades — não era a minha atividade policial —, tomei conhecimento de



mercadores que se encarregavam de tirar veneno no Brasil e mandar para vários países para processamento. Alguns deles foram presos, isso faz parte do folclore nacional sobre biopirataria. Mas algumas, por exemplo — estou falando de uma área que conheço bem —... algumas cobras e serpentes só existem no Brasil. Então, a detecção desses venenos em qualquer parte do mundo nos permite dizer que eles foram coletados aqui no País. E isso se aplica a inúmeras plantas também ou a outros animais que só são encontrados no Brasil. Eu dou um exemplo que é tão fácil de se detectar que serve como ilustração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E quanto às demais perguntas?

O SR. ERNEY FELÍCIO PLESSMANN DE CARMARGO - Eu continuo? Eu estava esperando a réplica do Deputado. Você acredita que os entes públicos que controlam as questões ligadas à conservação e utilização da biodiversidade no Brasil realmente têm controle sobre o que ocorre no País? Eu acho que não. Não por má vontade, não por desinteresse, mas pelas razões técnicas que já apontei. É tão fácil contrabandear qualquer tipo de material biológico que o policiamento fica praticamente impossível. Que ações V.Sa. entende deveriam ser adotadas de modo a implementar uma política de formação e fixação de pesquisadores na região amazônica? Existe alguma linha de pesquisa científica, institucional que dê prioridade à pesquisa da biodiversidade? A resposta é afirmativa em ambos os casos. Nós podemos facilitar a fixação de pesquisadores na região amazônica, e existem linhas de pesquisa do CNPq que dão prioridade ao estudo da biodiversidade amazônica. Quais são essas linhas? O fundamental para a Amazônia, caros Deputados, é, ainda, a carência de massa crítica de pesquisadores. A densidade de pesquisadores na Amazônia — e eu me sinto à vontade para falar sobre isso, porque eu tenho um grupo de pesquisa, da Universidade de São Paulo, que atua em Rondônia, exatamente em Rondônia. Estudamos a Malária. Então, eu acompanho e conheço, não só como Presidente do CNPq, mas por experiência de vivência pessoal — ... a densidade de pesquisadores na Amazônia é muito pequena. A primeira tarefa, Sr. Toledo, certamente comparado com o Sudeste, a densidade... não tem nada a ver com a qualidade, estou falando em densidade. Quais são os mecanismos e o que é que se pode fazer para aumentar essa densidade? Veja,



existem muito poucos cursos de pós-graduação, nível doutorado, na Amazônia. Eu acho que no Pará... entre o Pará e o Amazonas, em nível de doutorado, deve ser uma vintena, não mais do que isso. Então, a primeira tarefa seria levar cursos nível doutorado para a Amazônia, para que esses cursos formem os seus quadros na própria região, dentro da problemática regional, e se fixem na própria região. A tarefa é difícil, não é fácil: *“Vamos levar pesquisadores para a Amazônia”*. Não. É muito difícil, porque para ir para um determinado lugar tem que existir condições de recepção desses pesquisadores, recepção desses cursos, tem que ter quem ensine nesses cursos. Com exceção das universidades na Amazônia, tanto a Universidade do Amazonas como a do Pará, e dos institutos de pesquisa, que é o Goeldi e o INPA, a densidade de instituições de pesquisa na Amazônia também é baixa. Então, o que a gente tem feito? Primeiro, criamos alguns programas, que tem até o nome de programa Casadinho, em que se procura unir cursos da Região Sudeste com cursos da Região Norte, no caso o Norte — mas pode ser também Nordeste —, para treinamento e aperfeiçoamento dos cursos que sejam deficitários na Região Norte. Esse programa tem sido muito bem-sucedido, e foram investidos, neste ano, 30 milhões de reais nessa direção. O outro programa, que já mencionei, é o Programa de Desenvolvimento Científico Regional, em que o CNPq dá bolsas, paga a viagem, dá um auxílio de instalação, e ainda dá bolsa por três anos — boas bolsas —, da ordem de 3 mil reais, em nível inicial, para doutores das Regiões Sul e Sudeste que queiram se fixar na Amazônia. O Pará é o recordista na recepção desses pesquisadores, tendo recebido, em 2004, cerca de 40 pesquisadores. No País todo, incluindo o Nordeste e o Norte, são 400 pesquisadores, num programa que se iniciou este ano. Então, há uma preocupação, Deputado, muito grande, de se levar pessoal para a Região Norte, particularmente. Com pessoal lá, esse próprio pessoal começa a formar outros, acarreta... leva recursos para a Região. Esperamos, assim, iniciar um processo que se auto-alimenta de formação de pessoal, com conhecimento local necessário.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Muito obrigado, nobre conferencista. Sr. Presidente, eu peço licença a V.Exa., ao mesmo tempo em que me desculpo com o Dr. Toledo e com a Dra. Eliane Moreira, porque eu vou ter que me ausentar rapidamente. Mas, como já disse, aqui temos outros Deputados e temos a nossa



assessoria. As minhas perguntas também já estão por escrito. É que está havendo, justamente agora, um seminário do INESC sobre biossegurança. Gostaria muito de convidar a todos, para que fôssemos lá. É um seminário que a abertura coube-me a imensa honra de ser o escolhido. Então, eu vou só abrir esse seminário, porque já me mandaram vários recados que está cheio, e volto para cá, para continuarmos... para continuar, não, para e incorporar-me ao que estiver ocorrendo. Mas esta reunião está sendo gravada, e as perguntas também já estão aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Obrigado, Deputado Sarney Filho. Indago aos Deputados presentes se há algum questionamento a ser feito ao Dr. Erney Felício de Camargo, Presidente do CNPq. Se tiverem, por gentileza se inscrevam, para colocarem suas observações. Eu, pessoalmente, tenho aqui mais quatro perguntas — se me permite, vou encaminhá-las —, que são as seguintes: em artigo assinado pelo jornalista Leonardo Coutinho, em fevereiro deste ano, a revista *Veja* divulgou que 10 mil estrangeiros trabalham na Amazônia como jornalistas, executivos, estudantes, militares, ambientalistas e cientistas. Até como militares. Numa visão isenta, sabemos que nem todo estrangeiro está a serviço da biopirataria, evidente, estão desempenhando, normalmente, seus trabalhos, suas funções. Assim como nem todo pesquisador pode ser considerado um verdadeiro nacionalista. Como o CNPq estabelece parâmetros para identificar diferenças de conduta ética e de objetivos? A segunda pergunta: qual a verba anual e quantos são os pesquisadores nacionais e estrangeiros apoiados atualmente pelo CNPq e quantos envolvidos em estudos relacionados com a nossa biodiversidade? Terceira pergunta: há algum caso concreto de biopirataria denunciado entre pesquisadores patrocinados pelo CNPq? Se for o caso, quais providências foram tomadas em tais situações? Por último, quais os órgãos do Governo têm competência para fiscalizar aqueles que recebem as autorizações do CNPq? Mais uma pergunta: ao mesmo tempo em que nós não conhecemos a nossa biodiversidade, precisamos agilizar licenças para pesquisa. No entanto, paradoxalmente, esse desconhecimento tem, na prática, dificultado a liberação dessas licenças?



O SR. ERNEY FELÍCIO PLESSMANN DE CAMARGO - Deputado, infelizmente, os números com relação à verba anual, eu posso mandar por inscrito, oportunamente. Eu acredito. Deputado, os dados, os números, eu posso enviar oportunamente, porque não os tenho de cabeça, evidentemente. Com relação ao número de pesquisadores e a verba destinada. Eu tenho verbas alocadas a programas: o Programa Milênio, são 90 milhões, em três anos. Desses 90 milhões, certamente, 50% devem ir para a região amazônica. Agora, quanto aos pesquisadores estarem direta ou indiretamente envolvidos nesses programas, eu não disponho dos dados no momento. O CNPq não é um órgão de controle de campo da biopirataria. Ele, simplesmente, recebe o processo, analisa, aprova ou recusa o projeto. Os órgãos encarregados de investigação e acompanhamento são: Polícia Federal, evidentemente, o IBAMA, a FUNAI, mas, basicamente, o IBAMA, a FUNAI e a Polícia Federal. O CNPq não tem nenhuma atividade, nem tem condições de tê-las, Sr. Presidente, de investigação e acompanhamento das atividades. Evidentemente, diante de denúncias que tenhamos conhecimento, nós encaminhamos aos organismos competentes. Mas não cabe ao CNPq a atitude pró-ativa de procurar infratores ou identificá-los. Não existe caso concreto de denúncia de biopirataria entre pesquisadores patrocinados por nós. O fato de não haver denúncia formal não quer dizer que não hajam boatos. Mas é muito difícil se proceder a processos investigativos em torno de boatos. Isso cria, inclusive, problemas para a instituição de acusações de injúria, calúnia. Quanto aos órgãos que têm competência, eu já os descrevi. A última pergunta diz respeito ao conhecimento da biodiversidade. Essa, como eu já disse na minha apresentação, é a preocupação maior nossa e faz parte de uma emenda orçamentária do Ministério de Ciência e Tecnologia, co-patrocinada pelo CNPq, em parte com a sua interveniência, de favorecer as pesquisas e o conhecimento na biodiversidade amazônica. Isso é para nós, atualmente, uma das principais prioridades nas áreas biológicas. É claro que o CNPq tem outras atividades em áreas físicas, minerais, exatas, humanas, mas, nas áreas biológicas, o estudo da biodiversidade, ao lado da saúde é uma das prioridades do CNPq.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Há Deputados inscritos? Não recebi nenhuma relação ainda de inscrições aqui. Gostariam de... *(Pausa.)* É uma pergunta?

O SR. ERNEY FELÍCIO PLESSMANN DE CAMARGO - Não, é uma confirmação para os meus assessores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ah, desculpe. Pensei que fosse uma pergunta. Pois não. Fique à vontade. Desculpe-me. Se não há nenhuma pergunta, agradecemos imensamente a participação do Dr. Erney de Camargo e solicitamos, na seqüência, que tome assento aqui o Dr. Peter de Toledo, Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi.

O SR. ERNEY FELÍCIO PLESSMANN DE CAMARGO - Queria agradecer, Sr. Presidente, e reiterar que estamos sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Sr. Presidente, Deputados, para mim, além do cumprimento da solicitação, é um prazer, em nome da instituição, do Museu Paraense Emílio Goeldi, estar aqui prestando depoimento e informações sobre o tema relacionado à biopirataria. O meu depoimento foi construído em formato de apresentação. Tentamos reunir, nesta apresentação, uma série de informações, principalmente ligadas a dados institucionais. Ela é extensa, mas vamos apresentar apenas uma parte dela. No total, apresentamos 170 *slides*, que já foram distribuídos para a assessoria e, certamente, estarão disponíveis para os senhores Deputados com relação às informações pertinentes a esse tema. *(Segue-se exibição de imagens.)* Começo, então, a minha apresentação, falando um pouco sobre o que é o Museu Goeldi, como ele faz parte de uma estrutura do Governo Federal. É uma instituição, é uma unidade de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, é a instituição mais antiga da pesquisa científica na região. Completamos, este ano, 138 anos de atividades. É a quarta instituição mais antiga de pesquisas também ligadas ao estudo da natureza e do homem com enfoque na região amazônica. É um museu voltado, como unidade de pesquisas, para a produção do conhecimento. E aí por trás disso está a questão da criação de acervos que é o nosso maior forte, o nosso patrimônio. Mas também ligados não só a parte de pesquisas científicas, mas



também à parte de educação, exposição e comunicação da ciência. Contamos, como recursos institucionais — e aqui é importante salientar que é uma das grandes críticas, queixas ou comentários sobre a questão do controle sobre informações da biodiversidade brasileira, em especial, à biodiversidade da Amazônia —, justamente, com a capacitação institucional e do seu corpo para executar tais atividades. Com isso, então, faço questão de fazer um breve relato sobre a instituição. Estamos divididos em três áreas físicas: uma delas, o Parque Zoobotânico, que é conhecido por todos, pela maioria de vocês, que conta hoje com 109 anos. Temos um campo de pesquisa científica, onde estão alojados departamentos científicos. Mas o mais importante: contamos com uma estação científica em campo, onde, em convênio com o IBAMA, há mais de dez anos, o Museu Goeldi controla uma área para pesquisas, de longa duração, de 330 mil hectares. Então, a função do Museu Goeldi em produzir e difundir conhecimento sobre a biodiversidade da Amazônia se dá através de todo esse arranjo de infra-estrutura. Seria interessante apresentar também para vocês como as pesquisas ligadas à biodiversidade se refletem na produção do conhecimento e onde poderíamos estar ligados à questão da perda do controle dessa informação, e aí que se reflete inclusive em termos ligados à questão de biopirataria. Dentro dos quatro departamentos de pesquisa, nós vamos focar, em especial, os departamentos de zoologia e de botânica. A realização da missão institucional só é possível graças à disponibilidade de coleções científicas. E, nesse caso, são as coleções científicas, como coloquei, nosso maior patrimônio. Devo colocar aqui também qual o tamanho, a dimensão, como o próprio Dr. Erney colocou, do esforço de pesquisas científicas na região. Se formos somar todas as coleções científicas depositadas nas coleções brasileiras e biológicas, nós não vamos ter mais do que 30 milhões de exemplares em todos os acervos — estamos falando de todos os herbários, de todos os museus e de todas as universidades. Se pegarmos uma única instituição nos Estados Unidos, nesse caso — o Smithsonian Institution —, eles têm dez vezes mais o número de exemplares das coleções biológicas. Eles têm 300 milhões de exemplares. Desses 300 milhões de exemplares, um décimo equivale à região tropical. Ou seja, numa única instituição nos Estados Unidos, você tem o mesmo número de exemplares nos acervos das instituições brasileiras. Isso



então se faz... Por que se pergunta isso? Então, estamos observando que existe uma falta de prioridades, em termos de financiamento, em termos na busca de conhecimento, em termos, inclusive de uma política ligada à questão da pesquisa, principalmente ligada às ciências naturais. Nesse caso, o Museu Goeldi se esforça ao longo desses anos em trabalhar com esses oito temas que estão diretamente ligados aos interesses desta CPI. Nesse caso, a taxonomia sistemática inventária na área da biodiversidade, a utilização em valor econômico dessa biodiversidade; origem dinâmica, evolução e conservação de ambientes físicos da Amazônia; interface entre processo ecológico e sistemas sociais; formação multicultural da Amazônia pré-histórica; diversidade etnológica com ênfase nas questões indígenas; organização social e sistemas de produção por populações tradicionais e dinâmica e impactos socioambientais resultantes da ocupação da Amazônia. E, nesse caso, como prioridade, está a manutenção à apreensão das coleções científicas. Ou seja, as atividades institucionais do Museu Paraense Emílio Goeldi estão diretamente ligadas ao tema aqui tratado. E é nesse ponto que eu queria até colocar que isso faz parte de uma infra-estrutura que o Governo brasileiro tem, e que deve ser lançado cada vez mais mão desse tipo de informações. E eu venho aqui nesse propósito, não só para prestar esclarecimentos mas também apresentar um pouco sobre esse esforço institucional que deve ser utilizado pela sociedade brasileira. Dentro dessa visão de enxergar um tema tão diverso como esse, a instituição, há quatro anos, estruturou todas as linhas de pesquisas ligadas ao tema fauna e flora, num programa institucional, um programa de biodiversidade da Amazônia, do qual nascem toda uma estratégia de busca de recursos, parcerias interinstitucionais. Inclusive participamos, hoje, como o braço hoje executor do plano de governo ligado a um programa de pesquisas de biodiversidade da Amazônia. De quantas amazônias estamos tratando? Esse é outro ponto interessante. Se formos analisar a Amazônia dentro de um contexto ecológico ligado às paisagens definimos pelo menos vinte e três áreas diferentes. Ou seja, estamos falando de 23 ecorregiões, ou seja 23 amazônias; cada uma delas com determinada intensidade de impacto, determinada especificidade biodiversidade, taxas de espécies e sua distribuição. Então, não podemos enxergar uma região que é quase 50% do território nacional como apenas um único bioma. Ela deve ser tratada com as especificidades em que



se encontram. Temos, inclusive em alguns áreas, por exemplo, no Sul, onde estamos chamando agro desmatamento e também na região Nordeste do Pará, taxas de desmatamento que estão com ameaças de extinção superiores às que enxergamos hoje na Mata Atlântica. Esse é um outro ponto que deve ser visto também pelo Congresso Nacional, não necessariamente pela CPI, mas tem que ser levado em consideração. Hoje, a erosão genética face à mudança e perda da floresta Amazônica se dá em uma intensidade muito maior do que podemos imaginar em termos do que estamos perdendo de conteúdos genéticos ligados à biodiversidade. Ou seja, quando conseguimos detectar através de imagem e satélites a perda de 6 mil hectares numa única região em menos de três meses, quanto de biodiversidade, como o próprio Dr. Erney colocou aqui, poderíamos perder sem ter um primeiro acesso a esse ponto. E, como maior instrumento e legado para as atividades de pesquisas, nós estamos falando das coleções científicas. E aqui eu queria apresentar um pouco do retrato institucional ligado às coleções biológicas. Então, vamos enfocar três temas ligados à importância das coleções para a ciência, o papel do Museu Goeldi com relação à pesquisa, e também como estamos nos estruturando para conversar entre as instituições ligadas às coleções científicas. A importância, obviamente, deve ser de conhecimento de todos está ligada à geração do conhecimento biológico. A base do conhecimento taxonômico e sistemático, em última análise de todo o conhecimento biológico, apoia-se nas coleções científicas mantidas pelas instituições de pesquisas e universidades. Nesse caso, elas garantem a qualidade da pesquisa futura e também garantem a comprovação da pesquisa pregressa. Ou seja, o Museu Goeldi, há 138 anos, vem, de maneira sistemática, coletando informações sobre a biodiversidade, sobre a fauna, flora, os componentes da biodiversidade, e estão todas alojadas essas informações nas suas coleções científicas. As principais categorias de informações incorporáveis às coleções biológicas estão ligadas à informação biogeográfica, ou seja, a sua distribuição, a sua taxonomia, a sua identificação, a sua informação genética, ou seja, o seu componente estrutural na questão celular, as informações ecológicas sobre espécies e também importante ligadas às informações sobre os habitats. Vou passar rapidamente, justamente no único *slide* que consegue retratar a complexidade que se tem ou que se pode retirar de um



único exemplar coletado tanto de uma planta ou um animal. Nesse caso, nós temos informações, como falei, biogeográficas taxonômicas e sobre diversidade, e que no fundo todos esses vão ter acesso à diversidade genética ligada à coleção de tecidos, que às vezes é o ponto mais importante quando se está tentando trabalhar em termos de novas estruturas, novas moléculas que teriam interesse econômico tanto na parte da farmácia como também na questão de cosméticos. Esse quadro mostra um pouco sobre a dimensão das coleções científicas do Museu Goeldi, neste caso a arqueologia, a etnografia lingüística e livros raros nós temos 158 mil peças, e as informações, que algumas pessoas podem achar: *“Mas, o que se pode enxergar com a peça etiológica de artefato indígena alguma informação ligada à biodiversidade?”* Muitas desses artefatos foram elaborados através de elementos da biodiversidade, sejam sementes, sejam tecidos, algum tipo de informação que também deve estar contida ligado ao artefato indígena. E a questão de geologia e paleontologia pode dar um pouco do entendimento do processo evolutivo que constituiu a alta da biodiversidade da região amazônica, que ainda está desconhecida para a grande parte dos cientistas. Mas, vamos nos deter mais especificamente as duas coleções. Primeiro, a parte da botânica, contamos com 182 mil exemplares tanto de herbário, xiloteca, pólenes, frutos, tecidos e também zoologia quase 2 milhões de exemplares. Vocês... Amanhã, certamente, nós teremos apresentação do diretor do INPA, que é um outro instituto de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia, sediado em Manaus. Ele também deve retratar um número semelhante ou um pouco maior ou menor das suas coleções biológicas. Só para mostrar que existem instituições do Governo Federal que estão preocupadas e capacitadas na questão do entendimento da constituição da biodiversidade da região amazônica. Eu acho que este gráfico mostra perfeitamente o esforço, a dimensão e a cobertura geográfica do Museu Goeldi com relação a todos os pontos de coletas de todas essas coleções. Vocês podem observar que existem problemas de cobertura geográfica, uma maior concentração de ponto de coleta próximos às capitais e também ao longo dos trechos dos rios, porque é pela própria acessibilidade, o acesso à região, às diferentes paisagens da região amazônica e a sua própria dimensão não permite que uma única instituição como o Museu Goeldi consiga trabalhar em todas as regiões. Notem que o vazio do conhecimento hoje,



no norte do Mato Grosso, no sul do Pará, norte do Maranhão e o Estado de Rondônia é justamente onde enxergamos hoje o maior nível de ameaça da biodiversidade amazônica por causa desse processo de desmatamento, esse avanço que se tem nesta região. Mais especificamente, nós podemos mostrar aqui pontos de um único gênero de morcegos na nossa coleção, o raio de distribuição biogeográfica nas nossas coleções, todos os pontos das coleções de aves. A coleção mais completa de aves da região amazônica brasileira está no Museu Goeldi — um único gênero de serpentes e uma única espécie de formigas. Então, podemos observar que o Museu Goeldi tem sobre o seu controle, sobre a sua informação uma gama enorme de informações de toda a região. Este mapa da botânica são os pontos de coleta das famílias das leguminosas, que também estão sendo mostradas. Essas são algumas fotos. E também para mostrar um pouco do processo de armazenamento e controle de informações das coleções biológicas do Museu Goeldi, esta basicamente são as coleções de botânica, são aquelas 182 mil peças, como foi colocado antes; uma amostra das coleções de insetos invertebrados, são quase 2 milhões de exemplares em meio seco. Esses aqui são exemplares em meio líquido. Contratamos justamente esta foto, que, por coincidência, é de um pesquisador recém-contratado que estuda aranhas, Alexandre Bonaldo. Vou passar algumas informações sobre a sua atividade nos últimos três anos, como ele incrementou conhecimento científico a um grupo muito especial, que, inclusive, é utilizado como um dos temas ligados à produção de fármacos, que é justamente os aracnídeos. Esta aqui é uma outra foto das nossas coleções de peixes, répteis e mamíferos. O ponto mais importante que deve se salientar é que essas coleções estão preservadas do jeito que estão há pelo menos 100 anos. Para quem conhece as condições da região tropical úmida, calor e umidade, termos esse material preservado para a sociedade hoje, e sendo seu controle para o futuro, mostra a importância dessas instituições e outras mais que devemos ter nessa região que novamente tratamos de 50% do território nacional. Como esses dados serão publicados aos senhores, quero ir mais especificamente a um ponto: justamente aqui. Se formos tratar especificamente das coleções zoológicas do Museu Goeldi e todas as suas atribuições, observem o número de pesquisadores do museu que trabalham com biodiversidade, ou seja, 21. Contamos hoje com um



quadro técnico de 80 pesquisadores no Museu Goeldi, onde 50% deles trabalham ou no Departamento de Botânica ou no Departamento de Zoologia. Então, apenas 40 pesquisadores trabalham diretamente com a biodiversidade para tomar conta de todos esses mais de 2 milhões de exemplares, especificamente na parte de zoologia. Então, temos necessidade de aumentar de forma substancial o quadro de capacidade de técnicos nesta região. Existem instrumentos já formais, o próprio Presidente do CNPq comentou sobre a bolsa de desenvolvimento científico regional. Eu próprio fui ao Museu Goeldi, há 18 anos, com esse instrumento de bolsa. Quer dizer, estamos lá há quase 18 anos desenvolvendo esse tipo de atividade de pesquisa. Então, existem condições, sim, existem estruturas já prontas que precisam apenas ser incrementadas em termos de orçamento, em termos de dar novas condições até com a criação de outras instituições. Vou mostrar mais adiante também como pode ser feito. Mais cinco minutos. Sabidamente, há dois programas que estão ligados à produção do conhecimento. É esse que eu queria apresentar para vocês. Essa é uma espécie nova de aranha, registrada a menos de um mês. Essa é uma foto de microscópio eletrônico de varredura. Essa, então, representa o primeiro registro da família dessa espécie para o Brasil. Esse é um outro ponto, como o próprio Dr. Erney colocou: o desconhecimento da fauna brasileira. Se pegarmos como exemplo apenas as aves e todas as informações disponíveis nas coleções científicas de todo o mundo sobre a Amazônia... sobre aves na Amazônia brasileira, vocês podem observar que 60% do território brasileiro ainda não recebeu a visita de um ornitólogo para fazer o levantamento mínimo da ave/fauna daquele lugar. Ou seja, a necessidade de trabalho e a falta de conhecimento sobre a biodiversidade ainda são muito grandes. Rapidamente, então, neste ano, foi descoberta uma nova subfamília para esse gênero de peixes na região de Juruti, no Estado do Pará, duas espécies novas de serpentes na Floresta Nacional de Caxuanã, é aquela estação científica que mostrei que temos. Recentemente, neste ano, também foram descritas três novas espécies desses gêneros de aves para a região dos campos de Humaitá, na região de Rondônia; uma nova espécie de callithrix — este primata — na Amazônia Central, no ano passado. E o ponto que eu queria colocar aqui, já finalizando com mais dois últimos itens, é como o Ministério da Ciência e Tecnologia se estrutura diante deste grande desafio. Recentemente,



dois anos atrás, construiu-se um projeto, que, inclusive, já foi aprovado no PPA, que é o Programa de Pesquisa em Biodiversidade, onde o INPA e o Museu Goeldi são os braços executores desse projeto. Não nos cabe conhecer a biodiversidade, mas dar estrutura para outras instituições da região, mais periféricas ainda do que Manaus e Belém, tipo Rondônia, Amapá, que elas possam se capacitar justamente nesse esforço, nesse desafio de conhecer a biodiversidade brasileira. O último ponto que queria colocar é sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia. Em face à rápida mudança da paisagem e cobertura do uso da terra da Amazônia, precisamos entregar, como unidade de pesquisa ao Governo Federal, informações de primeira mão, ligadas à modelagem sobre o uso da terra e a perda da biodiversidade. Estruturou-se dentro do Ministério uma rede de certas instituições de pesquisas do Ministério: INPA, Museu Emílio Goeldi de Mamirauá, INPE, INPA e CBPF à rede temática GEOMA, que já está apresentando resultados mais especificamente na região da terra do meio, em que vocês têm conhecimento sobre a taxa de desmatamento, onde e também há rápida mudança do uso da terra. Por fim, Sr. Deputado e membros da Comissão do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia encaminhou uma emenda de apoio à modernização de acervos biológicos de coleções *ex situ* no valor de 40 milhões de reais. Quero colocar que parte desse recurso será destinado a ações como essa do Museu Pará Emílio Goeldi, como do INPA, outras instituições do Brasil, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu de Ciência e Tecnologia da PUC, Museu de Sociologia da USP, que são instituições que estão na vanguarda do conhecimento, porque esse é um outro ponto que deve ser colocado. O Brasil, em termos da ciência, da biogeografia e sistemática filogenética, é um dos países melhor capacitados em termos do seu quadro técnico. Hoje, estamos gerando teoria. Esse é um ponto muito importante que deve ser colocado. Às vezes, não é de conhecimento da comunidade como um todo. O Brasil tem uma rede, sim, que pode trabalhar isso e precisa ser otimizada. Esses recursos, caso venham a ser aprovados como emenda, serão nesse benefício justamente para diminuir um pouco o conhecimento da biodiversidade sobre o Brasil. Sr. Deputado, esse é o meu depoimento dentro desse estilo de apresentação. Aqui constam os 170 *slides* que estão à disposição da Comissão, onde todos os detalhes



serão apresentados. Fico à disposição dos senhores para qualquer tipo de pergunta sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quero inicialmente cumprimentar o Dr. Peter Mann de Toledo, Diretor do Museu Emílio Goeldi, do Pará. A palavra está aberta aos Deputados que desejarem fazer as suas observações. Tenho aqui algumas perguntas. Se me permite também, deixou-me o Relator algumas perguntas para encaminhar-lhe. As perguntas que tenho são as seguintes: estima-se que a biodiversidade brasileira está avaliada, segundo uma das revistas de maior circulação no Brasil, em 4 trilhões de reais, e que a biopirataria atualmente movimenta no Brasil 33 bilhões de reais somente com o tráfico de animais, madeiras e material genético. Com tanto interesse econômico envolvido, quais as medidas tomadas pela instituição que V.Sa. dirige, para garantir que os pesquisadores contratados não sejam coonestados por essa tão grande avalanche que movimenta tanto dinheiro? Segundo, o senhor acredita que as autoridades brasileiras possuem informações, recursos humanos e materiais necessários para impedir a biopirataria ou há alguma sugestão no sentido de alguma proposição institucional ou na legislação para contribuir na resolução desse assunto? Terceiro lugar, o senhor tem conhecimento de alguma instituição pública ou privada sobre a qual paire alguma suspeita de biopirataria? A mesma pergunta é se o senhor tem conhecimento de alguma pessoa física que tenha algum procedimento suspeito e que, portanto, devesse ser investigada por esta CPI. Aqui, as perguntas do Deputado Sarney, se me permite. Quantos pesquisadores integram os quadros do Museu — já foi respondida. Desses, quantos são estrangeiros; que tipos de contratos são feitos com entidades estrangeiras? O senhor acredita que os entes públicos controlam as questões ligadas à conservação da biodiversidade no Brasil; há controle sobre o que ocorre no País? Qual a opinião de V.Sa. sobre o conteúdo da Medida Provisória nº 2.186-1601? Ela tem a consistência necessária para regular o controle de acesso ao patrimônio genético? O que V.Sa. entende que deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas para proteger o patrimônio genético do Brasil? E que ações V.Sa. entende deveriam ser adotadas de modo a implementar uma política de formação e fixação de pesquisadores na região Amazônica? Quais incentivos seriam realmente eficientes, atrativos para que a Amazônia tivesse muito



mais pesquisadores lá formados e fixos na Amazônia? Qual a opinião de V.Sa. sobre o novo projeto de lei de gestão de florestas públicas que vem sendo elaborado pelo Governo Federal? Gestão de florestas públicas. Deve ser encaminhado nos próximos dias para análise do Parlamento. Que medidas V.Sa. entende deveriam ser adotadas para prestigiar entidades, em especial ONGs voltadas para a proteção do meio ambiente, e reprimir aquelas de fachada que, muitas vezes, encobrem na realidade ações de biopirataria? E, por último, que notícias acerca de pessoas físicas e jurídicas — essa pergunta já é a mesma daquela que fiz. E gostaríamos de encaminhar essas perguntas que poderão ser respondidas pelo senhor; algumas agora; outras, posteriormente, por escrito. Como melhor lhe aprouver.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Eu prefiro ir de uma a uma e notificar o que poderia ser respondido posteriormente. Eu acho que um dos pontos mais importantes para subsidiar uma Comissão como esta é justamente nós também não apenas apresentarmos informações mas também dados respaldados, consubstanciados sobre as informações aqui prestadas. Mas o que eu posso já antecipar com relação à questão de quadros estrangeiros na instituição de pesquisa — certamente, vocês podem observar isso no INPE Manaus; são unidades de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia — é que a sua admissão é feita através de todas as normas inclusive com o controle e com autorização da Polícia Federal que passa por um escrutínio inclusive sobre a idoneidade das pessoas antes da sua efetivação ou antes de efetivar a sua contratação. Mais recentemente, temos no quadro quatro pesquisadores estrangeiros. Desses, posso citar dois que já pediram, já são naturalizados brasileiros e constituem família no Brasil; uma outra é uma venezuelana que já fez o seu doutorado na UnB, e um quarto é um pesquisador americano que trabalha com línguas indígenas, o qual foi responsável pela estruturação do Grupo de Pesquisas de Línguas Indígenas ameaçadas de extinção na Amazônia com sede no Museu Goeldi. E, desse seu grupo, ele já conseguiu agregar mais de quinze pesquisadores que foram contratados no INPA, Museu Goeldi, Universidade Federal do Pará e no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Ou seja, a nossa relação com a comunidade estrangeira sempre foi profícua e benéfica a nossa instituição, até a nossa própria história institucional. O próprio Emílio Goeldi foi um pesquisador suíço que não morou neste país, mas que foi responsável para a



consolidação dessa instituição que hoje tem 138 anos. Então, precisamos ser muito criteriosos em tentar entender quem realmente está querendo produzir conhecimento científico e aqueles que têm apenas um momento de passagem por essas instituições. Mas eu acho que é muito fácil identificar pelo seu próprio comportamento. E a instituição se resguarda assim e tem feito atividades nessa linha. Temos hoje apenas um pesquisador estrangeiro com licença do CNPq que está para encerrar no próximo ano. Ele, justamente, está tentando uma maior aproximação institucional com o Museum Botanical Garden que é uma instituição de renome na parte de pesquisa e botânicas no qual pesquisadores brasileiros têm uma grande relação de trabalho com os pesquisadores daquela instituição. Ou seja, nada fora de que um comportamento científico de um padrão de relações institucionais típicos da academia ligados ao estudo da biodiversidade, da fauna e da flora. Aí vou repetir a pergunta: V.Sa. acredita que os entes públicos que controlam as questões ligadas à conservação e utilização da biodiversidade, no Brasil, realmente, tem controle sobre o que ocorre no País? Esse quadro tem melhorado ou piorado nos últimos anos? Acho que temos que ter uma visão um pouco mais abrangente com relação a esse tema. Temos que imaginar, separar, antes de 1992 — antes da Rio 92 e depois —, e como o Brasil avançou de forma significativa em termos de tentar e até estabelecer uma agenda ambiental para este País. O próprio fortalecimento do Ministério do Meio Ambiente — o próprio Parlamentar, o Relator, que já foi Ministro da pasta, pode observar que houve um crescimento, uma consolidação por parte do Governo brasileiro, do Estado brasileiro, nas questões ligadas à biodiversidade através de todos os seus programas. É óbvio que, como o Brasil é um dos quatro países com o maior índice de biodiversidade do planeta, começamos quase que recentemente essa estruturação, não podemos esperar que em treze ou quatorze anos já estaremos com a tarefa cumprida. Mas eu sou muito otimista nesse processo de estabelecer uma legislação e uma estrutura orgânica de instituições públicas. Sendo funcionário público, acredito, pessoalmente, muito na função de órgãos públicos federais nesse processo. É claro que o IBAMA não consegue atingir todos os rincões deste País. Mas também através de um sistema de parcerias realmente vamos poder fazer esse melhor controle. O outro ponto mais importante: nós só vamos poder dominar o conhecimento se realmente tivermos capacidade



técnica nesse processo. Quando o Brasil estiver forte, em termos de domínio de biotecnologia — eu acho que esse é um grande desafio deste País... E, aqui, uma nota só de comentário. Se a Amazônia é tão importante para o País, se o estudo da biotecnologia é tão importante no País, como apenas temos um único centro de informações com financiamento e aporte de recursos do Governo brasileiro, o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que, há mais de dez anos, está esperando para se estruturar. Ou seja, acho que há necessidade de maior, não posso dizer assim prioridade, mas que sejam facilitadas as condições para essas instituições através de recursos, de contratações. E, aqui, um dos pontos colocados em uma das perguntas é: como irei atrair recursos humanos para a região através de salários diferenciados? Nesse caso, para o Centro de Biotecnologia da Amazônia, através de uma parceria com o Estado do Amazonas, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas está dando, através da legislação própria, bolsas diferenciadas para fixar pesquisadores sêniores da Região Sudeste para elaborar e capitanear projetos de pesquisa do CBA. Essa, para mim, será a melhor saída para que realmente possamos consolidar centros, como o próprio Dr. Ney colocou, que são factíveis de ser consolidados com relação à Região Amazônica. Tudo, para mim, vejo é questão de prioridade de uma agenda de País em termos de investimento. Nesse caso, uma emenda de 40 milhões de reais que equivale a um terço dos recursos do programa espacial brasileiro, para iniciar um programa de biodiversidade tão importante para o País, poderia ser um passo significativo nessa questão. Com relação aos outros temas, temos feito reflexões profundas sobre a Lei de Gestão de Florestas Públicas, sobre o impacto da medida provisória. Prefiro encaminhar um instrumento institucional de subsídios para esta Comissão e também com a participação de outros pesquisadores da Casa na construção desses instrumentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Mendes Thame) - Muito obrigado. Gostaria de saber se... Deputada Perpétua, por favor.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, essa é uma pergunta rápida, e até um tanto genérica. Quero perguntar ao Sr. Peter, que dirige uma instituição importante, qual a sua maior preocupação acerca dessa questão da biopirataria no Brasil. Que preocupações o senhor tem, que questões o senhor tem



levantado até onde nós estamos mesmo ameaçados, principalmente no que se refere à Amazônia?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Acho que três pontos, para mim, são importantes. Primeiro, há a necessidade de uma capacitação das instituições, e da própria academia, principalmente ligada à questão de propriedade intelectual. A Comissão de Biodiversidade Biológica exige, agora, um maior conhecimento — e o Brasil avançou muito nessa questão de regulamento. A questão de propriedade intelectual, principalmente em populações tradicionais. Existe, para mim, uma inversão, em termos de priorizar, pela primeira vez, o índio, as populações indígenas, populações caboclas; as suas informações que foram transmitidas oralmente hoje têm um valor. Acho que as instituições precisam se estruturar e capacitar nesse sentido também de entender que a informação tem um valor. Vejo isso de forma positiva. Em um dos pontos foi colocado: como a medida provisória, o Governo, através do CEGEM, pode efetivar isso? Eu sou otimista nesse ponto. Como participei parte da primeira fase como representante institucional do CEGEM, vejo que instituições como o CNPq, IBAMA, FUNAI, que já faziam esse tipo de regulamentação nas suas áreas, devem trazer para dentro do CEGEM. Acho que aumentou um pouco mais a complexidade burocrática desse processo. Muito embora estejamos na primeira fase ainda, acho que regulamentar a transmissão de informações é essencial. Nesse ponto, vocês vão poder observar que as informações tratadas entre as instituições públicas, instituições de pesquisas ou ONGs científicas sérias, servem ao propósito estritamente do conhecimento científico. Um outro instrumento, que aí sim queria levantar, é como o Museu Goeldi vem recebendo esse tipo de informação. Eu estou à frente da gestão da instituição há cinco anos. Eu recebi até o momento cinco visitas de instituições ligadas a empresas farmacêuticas e de cosméticos querendo entender um pouco mais sobre a diversidade. O meu maior receio foi justamente não poder contar ainda com a legislação que suporte instituições que estão à frente desse ponto que possam subsidiar frente a contratos desse ponto. Vejo que, pela experiência do CBA, com a estruturação que estamos observando nas instituições públicas, daqui há uns cinco, seis anos, vamos poder ter um avanço. Mas eu sou francamente favorável a investimentos maciços na biotecnologia brasileira. O CBA deve ser



replicado em duas ou três instituições seja no Nordeste, que tem uma outra fauna e flora diversificada com o seu potencial, seja no Centro-Oeste. E, assim, com o avanço no conhecimento, vamos poder resolver algumas questões. Neste momento, estou muito mais preocupado — e aqui quero dar um depoimento sincero como cidadão brasileiro — com as altas taxas de perdas da floresta Amazônica, do jeito que elas estão, do que realmente com a perda da biodiversidade, através do roubo especificamente da biopirataria. Como estamos acompanhando o sistema — e aqui queria repassar as informações que o INPA vem colocando através do novo sistema DT, Detecção em Tempo Real do desmatamento — é impressionante quando observamos um ponto, no meio da Amazônia, que chamamos hoje entre a frente do Rio Iriri-Xingu, você vê perder mais de 6 mil hectares em menos de três meses. E quando levamos as pessoas a campo lá, vemos que o processo que falta aqui é, mais ou menos, a estrutura de um Estado, é a falta da presença do Estado em alguns desses pontos nos aeroportos, principalmente no interior do Brasil.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, só aproveitar que ele tocou nessa questão do desmate. Eu estou me organizando para fazer essa cobrança para o IBAMA também. Sabemos que, quando está autorizado um desmate, ou mesmo quando for um desmate legal e a pessoa paga a taxa, tem uma taxazinha, que é a questão da reposição florestal. Eu estou pedindo ao IBAMA os dados acerca do reflorestamento dos últimos cinco anos no Brasil se estão sendo feitos. Pelo que consta não estão. Eu acho que se o IBAMA estivesse fazendo o reflorestamento que ele se compromete a fazer a partir das taxas que ele cobra não teria mais onde plantar árvore no Brasil. Mas eu queria também uma opinião acerca disso.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Eu acho que esse ponto estaria ligado, Deputada, à gestão de florestas públicas. Estou diante de dois ilustres membros da pasta, ex-presidentes do IBAMA, que poderiam realmente ter informações mais concretas do que eu mesmo. Mas com relação à lei de Gestão de Florestas Públicas, eu prefiro entregar para a Comissão a nossa posição. Gestão de Florestas Públicas nós vamos tratar sobre esse ponto especificamente. Mais de novo, se formos fazer uma comparação sobre o regramento, a regulação de acesso à biodiversidade que o cientista tem para coletar elementos da fauna e da flora você



não tem nenhum tipo de normatização. Eu desconheço. Se eu for um fazendeiro, eu posso desmatar 10% ou 20% da minha área sem necessidade de fazer um inventário mínimo sobre a biodiversidade daquele ponto. Simplesmente eu tenho acesso ao desmate para utilizar para a produção agrícola. Nada contra a produção, mas eu acho que poderíamos até induzir que há necessidade de um inventário mínimo sobre a biodiversidade antes que aquela faixa seja desmatada. Claro, para isso vamos ter aumento de um corpo de fiscalização, aumento de pesquisadores. Quer dizer, nós estamos falando de um mundo ideal. Estamos longe disso, mas eu acho que são esses vários elementos que podem contribuir para a melhor gestão das nossas florestas.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS - Sr. Presidente, eu tenho um questionamento rápido a fazer. Primeiro, porque foi importante a exposição do Dr. Peter a respeito da presença do Museu Goeldi, no Pará, há mais de cem anos, um trabalho fantástico, meritório. Nós que somos daquela região lá conhecemos um pouco a importância do papel científico, do conhecimento e até de exposição de tantas espécies da nossa região. Ele fala da importância, das dificuldades, da necessidade do museu, de tudo, mas o que nos interessa neste momento, o que nos interessa agora é a biopirataria. Então, minha pergunta é: a direção do museu, o grupo científico tem conhecimento dos casos de biopirataria no Pará? Qual o controle que a direção do museu tem, que a equipe científica tem do seu conhecimento acumulado, de todo o estudo, de toda a pesquisa acumulada, se ela não sofre um processo de evasão para se transformar em resultados concretos, com finalidades econômico-financeiras? E qual a relação do museu com as entidades responsáveis, por exemplo, com a questão da biopirataria? Dentre elas, a própria Polícia Federal. Qual a preocupação do museu com relação à biopirataria?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Está certo. Quando eu elaborei a minha apresentação, eu queria entregar para vocês mais ou menos o *modus operandi* de uma instituição de pesquisas e como ela trata a informação biológica, ou seja, nós fazemos uma coleta de dados em campo, fazemos todo o seu estudo e armazenamento através dessas informações que são publicadas e que neste



primeiro momento não tem valor econômico, porque é basicamente a descrição física do espécime, da sua localização. Com relação à questão de biopirataria oficial, onde nós já participamos de outros eventos, principalmente no Estado, com relação a isso, um dos pontos que nós colocamos é que há maneiras de se checar se as instituições científicas estão ou não corroborando com esse tipo de processo. Hoje tem-se um movimento mundial chamado Global Biodiversity Information Facility, ou seja, todas as instituições públicas estão colocando todos seus dados sobre a biodiversidade internacional no sistema de computação e podem ser acessadas em todas as informações básicas, gênero, espécie, de onde veio, quem coletou, quem identificou. Quem gostaria de fazer até um estudo de caso como o Brasil e essas instituições estão se relacionando, basicamente entrar-se-ia no Smithsonian, por exemplo, ou numa instituição, The British Museum. Entre nas suas coleções, digite Brasil, Pará, Belém, e lá vai se ter todas as informações, inclusive de quem coletou e de onde veio o período. É muito fácil fazer o rastreamento daquela pessoa, porque como instituição científica lá eles são obrigados a colocar isso que faz parte da sua competência. Essa para mim seria uma maneira indireta de saber se pesquisadores estrangeiros realmente estão fazendo isso. E se detectar que foi um coletor brasileiro, é fácil checar com o CNPq, com o IBAMA, se tinha na sua contraparte brasileira, que sempre é exigido isso oficialmente, a maneira de se fazer esse controle. Existem informações que chegam, mas basicamente com informações como todos conhecem, via imprensa e via conversas com as entidades. Mantemos estreitas relações com o IBAMA local, mas a Polícia Federal do Pará mais recentemente criou uma área ambiental que nos foi apresentada no outro evento. Por exemplo, outro evento que a ABIN, Agência Brasileira de Inteligência, organizou no Pará que há necessidade de maior interação entre essas instituições que trabalham com essa rede de informações ligadas ao processo. Quem sabe amanhã... Não tenho conhecimento concreto dentro da nossa instituição, nem antes ou depois, nenhuma formalização de um processo institucional, apenas boatos que saem na imprensa, mas no INPA houve um caso específico que já foi resolvido de maneira, acho, exemplar internamente e justamente num processo semelhante. Acho que o processo adotado pelo INPA deve ser replicado para demais situações quando se tenha pessoas dentro do quadro. É claro que, como o próprio Prof. Arney



colocou, é muito fácil coletar-se um aroma. Não sei se V.Exas. sabem que basicamente precisa-se apenas chupar o ar de uma essência de flor que se pode colocar isso num sistema computacional que sai justamente com todo componente químico daquele aroma. Esse é o nível de avanço que a tecnologia tem. Acho que precisamos ter justamente esse tipo de empresa no Pará, ou no Brasil, que podemos estar avançando nesse processo, estar a frente com nossas próprias indústrias, porque é somente assim, com a capacitação de desenvolvimento, que vejo que vamos conseguir manter esse equilíbrio, porque quem domina a tecnologia não é o Brasil, é lá fora. Precisamos dominar a tecnologia. Vejo o CBA como exemplo com relação a isso. De maneira concreta até hoje o Museu Goeldi não recebeu nenhuma formalização sobre um processo de biopirataria, apenas aquilo que é de conhecimento que a gente vê na imprensa em contatos com os dirigentes, principalmente do IBAMA e da Rencas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Hamilton Casara. O orador anterior, para registro das gravações, foi o Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar o expositor, Dr. Peter Mann de Toledo, e parabenizá-lo pelo importante trabalho que vem fazendo no Museu Emílio Goeldi. Mas a minha observação, primeiro, é sobre a reposição florestal. Há alguns anos quando se concebeu o regime de manejo entendeu-se que esse instrumento dentro da política florestal por si só, isso tirado evidentemente nos fóruns técnicos e científicos, seria uma melhor forma de rever a função pública da floresta nativa. Voltando à questão do desmate, muito bem levantada pelo Dr. Peter, verificamos que existe na verdade um vácuo orçamentário. É exatamente isso que gostaria de perguntar ao Dr. Peter. Qual o tamanho do orçamento do Museu Emílio Goeldi destinado a pesquisas que busquem alternativas voltadas para as comunidades tradicionais da Amazônia, principalmente aquelas comunidades — poderá responder mais tarde, Dr. Peter — vítimas do processo da coleta ilegal de material botânico e zoológico? Outra pergunta seria, muito bem colocada por V.Sa., a questão da necessidade de termos uma avaliação ecológica rápida nessas áreas amparadas por lei ao uso alternativo do solo. Entendemos que nessas áreas, muitas vezes, além de toda a diversidade



florística, temos também a perda de inúmeras fontes de recursos hídricos, que, por falta de uma avaliação ecológica rápida, findamos fazendo com que muitas nascentes se percam. Por outro lado, há outra questão que se debate há muitos anos: todo o desmatamento voltado para o uso agropecuário com o setor florestal madeireiro. Comumente, se não existe diagnóstico para aquelas áreas que estão destinadas para desmatamento, elas são derrubadas e queimadas, sequer o material lenhoso muitas vezes chega a ser aproveitado pela indústria madeireira. É outro ponto que além, evidentemente, de se identificar espécies raras, de se proteger nascentes de águas ter-se-ia também um volume de matéria-prima, que poderia gerar trabalho, renda, emprego em toda a Amazônia. Agora, outra pergunta, Dr. Peter, é se existe — fiz a pergunta do tamanho do orçamento destinado a custear os serviços de pesquisas — algum orçamento específico, como bem lembrado por V.Sa. sobre o Smith Sonian, se existe um orçamento para o Goeldi para promover a difusão tecnológica proveniente de conhecimento gerado por essas pesquisas e que isso chegue até os nossos produtores. Muito obrigado.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Deputado Hamilton Casara, é um prazer revê-lo na qualidade de Deputado, já nos conhecemos, quando Presidente do IBAMA. É interessante essa pergunta, porque justamente faz parte, dentro do contexto que estamos discutindo aqui, se vamos enxergar a Amazônia, especificamente, que estou tratando desse tema, como prioridade do País. O Museu Goeldi para gerenciar sua base no centro, que é basicamente o zoológico recadastrado pelo IBAMA, tem mais de quinze espécies ameaçadas de extinção típicas da Amazônia, tem o horto florestal, o aquário mais antigo do Brasil, gerencia 10 hectares onde estão alojados todas essas coleções científicas, e, em parceria com o IBAMA, está responsável por fazer o plano manejo da Floresta Nacional de Caxuanã, nos seus 330 mil hectares, tem no seu orçamento 4 milhões e 900 mil reais por ano. Então, deste orçamento, não quero entrar em detalhes, mas 25% é justamente apenas para custear energia elétrica e grande parte disso para manter essas coleções de ar refrigerado. Sobra praticamente nada para colocar o pesquisador no campo. Então, já que temos capacidade técnica, através de um sistema de pós-graduação, eles são obrigados a buscar editais em balcões do CNPq ou através de editais nacionais. E pela capacidade institucional instalada



conseguimos trazer pelo menos quase o mesmo tanto de recursos não da fonte do Tesouro, mas através de captação do esforço institucional desses pesquisadores para isso. Ou seja, se eu fosse dizer que o dinheiro alocado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ele é 50% do que basicamente precisaríamos para tocar a instituição. Ou seja, temos um problema. Mas vejo uma luz no final do túnel que é justamente com a consolidação desse programa de pesquisa entre a universidade e o Ministério da Ciência e Tecnologia, em que observamos que o Ministério nos coloca como braços executores para isso. Se estamos falando que o Museu Goeldi tem 80 pesquisadores, destes, 40 com biodiversidade, com doutorado, vamos pensar no Amapá, que lá tem apenas 23 doutores para todo o Estado. Quer dizer, existem situações críticas. Então precisamos também capacitar essas instituições. Esse programa entra no bojo dessa linha, criar núcleos regionais com apoio de pesquisadores do Goeldi, do INPA e outras instituições parceiras. É claro que a ciência e a tecnologia carece de recursos. O Goeldi faz parte desse processo. Precisaríamos pelo menos do dobro de recursos para executar as atividades. Temos hoje uma emenda — desculpem tocar nesse ponto — colocada no Ministério de Meio Ambiente de 40 milhões de reais que dariam subsídios a todo esse esforço nacional de pesquisa em biodiversidade. Já seria um começo. O CNPq sinalizou pelo seu próprio presidente, que também está priorizando essa linha. É um processo de construção e crescimento, mas só vamos poder fazer isso se os vários segmentos da sociedade puderem atingir esse objetivo. Com relação à biopirataria, podem ter certeza de que o Goeldi está atento a qualquer informação oficial que se possa chegar nesse ponto e podem contar com todos os 80 pesquisadores, os mais de 180 funcionários que são amazônidas acima de tudo, que têm interesse e amor por essa Região. Todos têm amor e a vontade de ver o crescimento da instituição através do Museu Goeldi. E colocamos à disposição dos Srs. Parlamentares, seja pontualmente, seja pela CPI, de prestar e abrir a instituição sobre todas as informações aqui prestadas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Dr. Toledo — desculpe-me, porque não pude estar aqui, estava na abertura do seminário —, o senhor acaba de falar sobre esse recurso orçamentário. Ele foi dotado no orçamento para execução neste ano, esses 40 milhões?



O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Não. É uma proposta a ser encaminhada para o próximo exercício, 2005.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Como emenda regional?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Comissão de Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Comissão de Meio Ambiente.

Essas propostas serão discutidas hoje, daqui a pouco, às 5 horas.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Ah é!

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Quem encaminhou essa proposta?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - O Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Encaminhou direto à Comissão?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Encaminhou direto e conta com o respaldo de uma associação que se chama...

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - No caso, essa emenda iria para o Ministério da Ciência e Tecnologia?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Mas para essa ação?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Para essa ação.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Só para a gente saber. Obrigado.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Só para esclarecer também, o Sr. Ministro Eduardo Campos garantiu aos senhores dirigentes das unidades de pesquisas que fôssemos buscar os recursos de emenda, Sr. Deputado, porque ele falou que já que não existe contingenciamento orçamentário na pasta do Ministério da Ciência e Tecnologia, ele vai garantir que todas as emendas submetidas serão executadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Por isso nós estamos muito confiantes com essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos ao ilustre convidado a participação. Passamos à terceira convidada de hoje, Dra. Eliane Moreira, Coordenadora do Núcleo de Propriedade Intelectual do Centro de Ensino Superior do Pará, a quem concedo a palavra por 20 minutos.

A SRA. ELIANE MOREIRA - Boa-tarde a todos e a todas! Gostaria de agradecer imensamente, na pessoa do Presidente da Mesa, Deputado Antonio



Carlos Mendes Thame, e também do Deputado Sarney Filho, a oportunidade de estar aqui presente. De fato, Deputado Sarney Filho, quando recebi a convocatória, comentei com algumas pessoas: estou indo para a CPI da Biopirataria. Que bom, né! Todo mundo disse: “Mas o que tu fizestes”. Puxa vida! O que é isso! Acho que a gente tem que começar a desmistificar as CPIs e de fato entendê-las como um espaço a mais de debate democrático, principalmente — e quero ressaltar o meu agradecimento — um espaço que nos permite ter voz onde nós não temos, muitas vezes, e sobre assuntos em que nós muitas vezes não temos. De fato, queria também agradecer ao pessoal da Secretaria da CPI da Biopirataria, que foi extremamente gentil comigo, mas eu terminei ficando um pouco sem conseguir detectar bem qual seria o conteúdo da minha fala. Eu vou fazer uma apresentação rápida: sou advogada, sou professora de Direito Ambiental no Centro Universitário do Pará – CESUPA, onde em meados deste ano instalei o Núcleo de Propriedade Intelectual, que, dentre outras atividades, tem o dever de institucionalmente organizar os conhecimentos e as tecnologias geradas pela instituição, fazer a gestão disso, mas também chamar, fazer um trabalho — como o Dr. Peter algumas vezes denomina — de catequese, que é de deflagrar quais são hoje as normas vigentes sobre a questão de biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados. Isso envolve não só uma estratégia institucional, ou seja, que é feita intramuros, mas uma estratégia que hoje atinge a Região Amazônica posso dizer como um todo, por via de uma rede que foi montada no ano passado que se chama Rede Norte de Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais. Essa rede foi criada durante um seminário que o CESUPA fez junto com o Museu Goeldi, seminário que se destinava a discutir a questão da biopirataria e na qual discutimos a necessidade das instituições amazônicas, dos atores amazônicos se articularem e terem uma posição sobre essas questões, conseguirem ter um papel ativo nisso e saírem do papel de sujeitos passivos dessa situação. Bom, foi feita uma carta de intenções em que se dava o início, o *start* dessa rede. Inicialmente, nós tínhamos 26 instituições signatárias dessa carta, hoje somos 140, envolvendo todos os Estados da Amazônia. Tenho uma grande felicidade de poder dizer isso hoje. Dessa rede fazem parte instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais, organizações indígenas, organizações quilombolas, organizações extrativistas,



governos locais. E a nossa idéia é que a gente consiga agregar pessoas, articular e agir, ter ações concretas. Não é uma rede *Hi-Tec*, como hoje em dia esse nome tem sido utilizado. A rede, a gente imagina logo aqueles fiozinhos verdes ligando, com o fundo preto. Não é isso. Durante a instalação da Rede Norte, um professor da Universidade Federal do Pará disse que essa rede tem um sentido amazônico: rede é um lugar, para nós, que somos da Amazônia, que nos serve de conforto, é um lugar onde a gente encontra conforto, é um lugar confortável, portanto, e seguro, se bem atado, é um lugar que nos é familiar, mas é, acima de tudo, um lugar para sonhar. E essa é a idéia da Rede Norte: que a gente consiga mudar o estado das coisas a partir da articulação dos atores amazônicos e que têm atuação na Amazônia. Dito isso, gostaria de trazer, eu não estou aqui representando a Rede, porque não fui chamada nessa qualidade, nós temos um sistema de designação de quem vem representar a Rede, tem outras pessoas que participam da Rede, como o Fernando, do Instituto Socioambiental, e o Dr. Peter, que o Museu Goeldi é uma instituição materna da Rede, é uma das primeiras. Então, não vou falar mais sobre isso, mas gostaria de dar uma breve noção de como temos atuado na Região Norte. Sou paraense e tenho me dedicado um pouquinho ao estudo dessa questão da biopirataria. E, para começar a minha intervenção, gostaria de propor alguns questionamentos. Eu me resguardei o direito de não apresentar nada em *Power Point* porque tenho percebido, com o passar do tempo, que isso tem limitado às vezes a minha fala. Peço que vocês não entendam isso como um desleixo ou como uma visão de menos importância dessa atividade, que considero extremamente relevante. Mas isso me deixa mais solta e mais tranqüila também, falar a partir das minhas anotações. Eu gostaria, primeiro, de trazer alguma reflexão sobre o que é biopirataria, o que nós estamos falando, qual é o problema, afinal. Quando eu me deparei com o nome desta CPI, eu achei extremamente interessante o conceito *lato sensu* que é utilizado da temática da biopirataria, que me parece muito pertinente. A gente pode entender que biopirataria envolve a questão da exploração irregular de madeira, que envolve o tráfico de animais silvestres, que envolve a apropriação de material genético da biodiversidade, a apropriação irregular de conhecimento tradicional associado a essa biodiversidade, ou mesmo que envolve a apropriação irregular de conhecimentos tradicionais não associados à biodiversidade, como as



expressões, os grafismos, as músicas, aquilo que compõe também patrimônio das populações tradicionais, mas que não está imediatamente vinculado à biodiversidade. Essas atividades que eu relatei, não vejo problema nenhum em colocá-las sob o chapéu da biopirataria, até porque, na semana passada, a gente estava num seminário no Ministério do Meio ambiente, e uma comunidade quilombola, quando perguntaram a eles o que era biopirataria, um representante disse: *“Olha, biopirataria para mim é tirarem de mim a possibilidade de eu continuar a viver, é devastarem o ambiente em que eu vivo. Isso para mim é biopirataria.”* Ou seja, existe uma enormidade de acepções para esse termo. Mas eu quero me ater àquela que eu considero e que vem sendo encarada pela sociedade brasileira como de, entre aspas, “menor potencial ofensivo”. Todo mundo fica muito chocado quando vê uma exposição da Polícia Federal extremamente bem feita e extremamente relevante, como a que temos aqui no rol, que trata de tráfico de animais silvestres, mas pouca gente, de fato, fica muito incomodado. Tem inclusive setores da sociedade brasileira que admitem que não há problema em existir uma apropriação da biodiversidade ou do conhecimento tradicional. Isso tem sido banalizado, muito embora eu saiba que esse não é o pensamento vigente aqui nesta Casa. Bom, e aí eu quero chamar a atenção para um fato: a apropriação irregular dos recursos genéticos da biodiversidade deve ser vista como um problema, sim, porque incide sobre a conservação da biodiversidade, incide sobre a soberania do País acerca desses recursos, sobre o direito de utilizar sustentavelmente esses recursos e, principalmente, o direito de utilizar esses recursos para se desenvolver, para que, a partir da utilização sustentável desses recursos, o País tenha o exercício efetivo do seu direito de desenvolvimento. Vinculado a isso que eu acabo de falar, existe o grande problema da ausência de repartição de benefícios a partir do uso dessa biodiversidade, repartição essa que, segundo a Convenção da Biodiversidade, deve ser justa e equitativa. Então, todo o sentido disso é que é problema utilizar recursos genéticos da biodiversidade sem autorização do País, ou sem autorização do seu detentor, como também é problema utilizar o conhecimento tradicional sem a autorização da comunidade detentora e sem a repartição dos benefícios concernentes. Eu afirmo isso porque eu tenho visto muitas vezes dizer que o conhecimento tradicional não é um conhecimento relevante, que ele não segue



nenhuma metodologia, que está aí. Alguns dizem que é um conhecimento difuso, como se o fato de ser difuso não gerasse direitos, pudesse ser livremente apropriado, então não tem problema nenhum fazer essa utilização. Não, acho que a gente tem que demarcar que tem problema e, mais do que isso, tem que começar a ver que a biopirataria — e eu me refiro aqui àquela específica sobre recursos genéticos da biodiversidade e conhecimento tradicional — está estritamente coligada ao crime organizado. Ela acontece em estreita vinculação e segundo parâmetros de sua realização que expressam o próprio crime organizado. Demarcado esse primeiro ponto, como é que isso vem acontecendo na Amazônia? Eu queria fazer já uma colocação. A gente não pode estar falando — eu sei que isso é do conhecimento de vocês — da Amazônia como um todo monolítico. A Amazônia tem inúmeras discrepâncias, inúmeras disparidades inter-regionais e intra-regionais, de tal forma que existem Estados que têm grandes centros de pesquisa e outros que ainda precisam solidificar os seus centros de pesquisa. Bom, a partir então da importância de que a gente reconheça que aquilo que eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eliane, você tem mais 5 minutos.

A SRA. ELIANE MOREIRA - Está bem. Se aquilo que eu falei é um problema, se apropriação indevida é um problema, é crucial que se tomem ações políticas para a reversão desse problema. Eu gostaria aqui, então, de enumerar algumas ações políticas que são relevantes para esse problema. Primeira: o fortalecimento do sistema nacional de ciência e tecnologia, e aí, obviamente, do sistema regional de ciência e tecnologia. Hoje, boa parte do que se chama de biopirataria muitas vezes acontece dentro de cooperações informais, cooperações informais que acontecem porque não existem recursos públicos destinados às instituições de ensino e pesquisa amazônicas. Segunda: existe uma necessidade de informar e de formar recursos humanos para isso. Nesse sentido, também é preciso fortalecer as instituições de ensino e pesquisa. É crucial que existam setores dentro das instituições brasileiras, e aqui destaco as amazônicas, para que chamem para si a responsabilidade de obedecer à legislação de acesso e uso da biodiversidade de conhecimento tradicional associado. Vale aqui destacar que algumas instituições têm feito isso por meio de seus núcleos de propriedade intelectual. É o que a gente



tem feito na minha instituição. O CESUPA tem feito isso, o Goeldi tem feito isso pela sua instituição, e assim por diante. Não existe hoje uma política forte de controle social para essas ações, nem mesmo para que possa haver inserção da sociedade civil nessa discussão, nem mesmo para que a sociedade civil acompanhe os processos de autorização e os contratos que são realizados. Basta dizer que o CEGEN, apesar de eu ser uma defensora do Ministério do Meio Ambiente, uma defensora do Conselho de Gestão e Patrimônio Genético, o CEGEN não tem integrantes da sociedade civil organizada. Existem apenas representantes do Governo. Existe assento, voz, mas não existe voto. Bom, termina tendo pouco impacto. Espanta-me que até hoje, desde 2000, a medida provisória, já citada que tenha sido publicada, em seu art. 31 preveja que o INPI não pode conceder direitos de propriedade intelectual sem que seja comprovado que a lei de acesso e uso da biodiversidade foi cumprida, e não exista nenhuma ação do Governo Federal para colocar esse art. 31 em vigor, para a implementação desse art. 31. O discurso corrente é que ele precisa de regulamentação. Do ponto de vista jurídico, não procede essa argumentação, mas, mesmo que a gente aceite essa argumentação, quem regulamenta medida provisória é o Governo Federal, por meio de decreto ou instruções normativas. Então, sem regulamentar, sem entender as relações viscerais que existem entre propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional, a gente jamais vai ter soberania efetiva sobre os nossos recursos. Sobre isso, eu quero dizer, e sei que já tenho que encerrar, que numa rápida pesquisa na Internet eu consegui verificar uma enormidade de patentes, perdão, de marcas — lembrando aqui que o caso do escândalo do cupuaçu, no início do ano passado, foi decorrente do registro da marca Açaí, no Japão, e do patenteamento de um processo de obtenção do cupulate lá no Japão. Isso acontece aqui no nosso País. Numa pesquisa simples, que qualquer um de nós pode fazer em casa, eu encontrei como marcas em processo de solicitação: maracujá, copaíba, açaí, andiroba, estévia, bacuri, nomes de povos indígenas como ticuna, terena, caingangue, buriti (também uma fruta), e patentes obtidas, depositadas depois da vigência da medida provisória, incidentes sobre açaí e copaíba, e que não têm nenhuma exigência de comprovação de que cumpriram a legislação de acesso e uso da biodiversidade. Feita essa colocação — e aqui já encerrando —, eu sei que é crucial que a gente



entenda essa temática da biopirataria sob a ótica das cooperações internacionais. Mas não se fala do problema que existe no Brasil. No Brasil, existem muitas empresas brasileiras que estão executando acesso e uso da biodiversidade e do conhecimento tradicional sem obediência da legislação. Ora, a gente exigir isso de uma empresa americana que não ratificou a Convenção da Biodiversidade é uma coisa. A gente não tem instrumento. Mas é perfeitamente viável exigir isso daqueles que estão em território brasileiro e que têm condições de executar esse tipo de obediência. Então eu peço que a questão da biopirataria seja vista também dentro do País, não só entre países. E, finalmente, fica aqui uma solicitação para que seja logo publicado o decreto que regulamenta as sanções da medida provisória, as infrações administrativas. Desde 2000 a medida provisória está aí publicada, e não se fiscaliza, porque não há regulamentação das infrações administrativas. Eu sei que o Governo Federal está se mexendo nesse sentido, mas há urgência, é preciso que isso seja feito logo. Enfim, eu teria alguns outros pontos para falar, mas eu já gostaria de deixar aqui, à disposição da CPI, os trabalhos que a gente tem desenvolvido, muitos em conjunto com o Museu Goeldi, que visam fortalecer a sociedade civil nessa batalha. A gente fez uma exposição sobre 21 casos que congregam a relação entre biodiversidade, conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual. São 21 casos de produtos da biodiversidade brasileira que passaram por algum processo de patenteamento ou registro de marca. Está sendo feito um manual para orientar os pesquisadores sobre essa temática e uma cartilha para orientar as comunidades tradicionais acerca dos seus direitos. Bom, além disso, alguns outros questionamentos a gente pode posteriormente estar fazendo o debate. Tenho certeza de que agora já extrapolei o meu tempo. Perdão, mas muito obrigada. Desculpe pela demora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos à Dra. Eliane Moreira, Coordenadora do Núcleo de Propriedade Intelectual do Centro Universitário do Pará. Passamos a palavra ao Relator da CPI, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Eu queria também congratular-me com a Dra. Eliane Moreira e dizer que eu tenho aqui já as perguntas por escrito. Vou ler as perguntas primeiro, Eliane — vou lhe chamar de Eliane, porque é tão nova —, e,



logo depois, é lógico que nós gostaríamos de ter acesso a essa pesquisa que você fez, pelo menos que pudesse nos dizer ou mandar por escrito alguma coisa por *e-mail*, para que a assessoria tivesse... Ah, já está entregando. Ótimo. Já fica aqui com a gente. Muito bem, então vou para questões de registro, já frisando mais uma vez que não é importante a resposta agora, o importante é que a resposta seja dada o mais breve possível. Primeira pergunta: o inciso IX do art. 10 da Lei de Propriedade Industrial não considera invenção nem modelo de utilidade, por isso não passível de patenteamento, o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou o germoplasma de qualquer ser vivo e os processos biológicos naturais. Alguns cientistas e legisladores defendem a retirada da expressão “ou ainda que dela isolados”, sob o argumento de que o Brasil perde investimentos em pesquisas por não permitir o patenteamento de material biológico isolado da natureza e trabalhado por meio de criações inventivas, seja por purificação de seu conteúdo, seja para criação de novas moléculas. Essa realmente é uma questão de fundo, que já foi tangenciada. Qual é a opinião de V.Sa. a respeito? Segunda: a lei brasileira não permite o patenteamento de plantas e animais, do genoma, do germoplasma de qualquer ser vivo, ao contrário de alguns países, como os Estados Unidos. Qual é a opinião de V.Sa. a respeito? Terceira: a soja transgênica RR possui resistência ao herbicida glifosato, fruto de uma tecnologia desenvolvida e patenteada pela empresa Monsanto. Embora a legislação brasileira não permita o patenteamento de plantas e animais, ao se introduzir o gene RR em variedade de soja, a planta passa a ter um patenteamento virtual, o que vem possibilitando à Monsanto cobrar *royalties* pelos direitos de uso da semente. Processo semelhante a esse não poderia ocorrer em espécies nativas brasileiras que despertem interesse econômico? O que V.Sa. entende deveria ser ajustado no âmbito das políticas públicas e legislação no País para o melhor controle da biopirataria e do patrimônio genético no Brasil? Também já foram abordados aqui os 5 pontos fundamentais. Que ações V.Sa. entende deveriam ser adotadas de modo a implementar uma política de formação e fixação? Uma das sugestões. É só para aprofundar em cima das sugestões para a região amazônica. Que medidas V.Sa. entende poderiam ser adotadas para prestigiar as entidades, em especial às ONGs voltadas à proteção do meio ambiente, e reprimir



aquelas apenas de fachada, que muitas vezes encobrem até ações de biopirataria contra o patrimônio genético e outras infrações ambientais? Por último, V.Sa. tem notícia acerca de pessoas físicas ou jurídicas sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria e à preservação do patrimônio genético no Brasil e que deveriam ser investigadas por esta CPI? Muito bem, são essas as perguntas feitas pelo Relator. Mais uma vez digo à nossa palestrante que, na realidade, o importante é que essas informações cheguem à nossa assessoria, para a gente poder discutir depois, no relatório final. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Antes de passar a palavra à Dra. Eliane Moreira, eu gostaria de perguntar se os Deputados presentes gostariam de agregar as suas observações. Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentar a palestrante, Dra. Eliane Moreira, e parabenizá-la pela brilhante exposição. Apenas, Dra. Eliane, se possível, oralmente ou por escrito, posteriormente a esta audiência, serem dados os nomes das empresas nacionais que praticam a biopirataria, para que nós possamos também adotar as providências nesse sentido. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eu gostaria de agregar também 3 perguntas, que são as seguintes. Primeira: segundo o fórum ecológico da Editora Abril, somente a Shaman Pharmaceuticals, da Califórnia, já catalogou 7 mil plantas da Amazônia e patenteou 2 medicamentos, entre eles um antiviral com aplicações em doenças pulmonares e herpes, um mercado já estimado em 20 milhões de consumidores. Por outro lado, em audiência pública promovida por esta CPI no dia 9 passado, foi aqui afirmado que 87% das patentes registradas no Brasil são de propriedade de estrangeiros, enquanto que no Japão ocorre praticamente o inverso. Na sua opinião, como melhorar a participação do Brasil nesta área? Segunda pergunta: no âmbito da legislação e das políticas públicas, quais as sugestões objetivas, pontuais, concretas para que a biodiversidade brasileira possa ser preservada, principalmente no que se refere às ações tipificadas como biopirataria, ou seja, contrabando do patrimônio genético? Última: se a senhora tem conhecimento de alguma instituição, pública ou privada, ou de pessoas



físicas sobre as quais paire alguma suspeita de biopirataria e que, por essa razão, devesse ser perquirida por esta CPI? Obrigado.

A SRA. ELIANE MOREIRA - Vou tentar responder o mais brevemente possível. Sei que não é preciso responder a todas agora, mas eu acho que para algumas é importante a gente talvez dar alguns marcos gerais. Efetivamente, tem crescido algo que é a distorção do sistema de propriedade intelectual no mundo, sobretudo do sistema de patentes. O sistema de patentes, ele se assenta em 3 requisitos básicos. Para eu patentear alguma coisa, eu tenho que ter novidade, tem que ser absolutamente novo, não pode existir na natureza. Tem que ter uma atividade inventiva, eu tenho que ter inventado uma coisa, não pode ser uma descoberta. E tem que ter aplicação industrial. Com o avanço da biotecnologia, o que é que tem acontecido? Têm-se distorcido essas premissas do sistema de patentes, e tem-se avançado cada vez mais sobre o patenteamento de coisas que já existem na natureza, sobretudo a partir do que se chama de patente e uso: pega-se um gene e se associa aquele gene a uma finalidade, aí pode-se patentear aquela parte de um material biológico. Obviamente, isso cria uma restrição imensa do ponto de vista do desenvolvimento de qualquer país. Não só há uma afetação básica sobre a soberania dos países que são originários daqueles recursos da biodiversidade, como também uma distorção completa do sistema, porque você termina patenteando o que já existe na natureza. É o que a gente tem chamado de biogrilagem. Na verdade você grila, você chega a alguma coisa que não é sua e se apropria daquilo. Tem outros que denominam isso de criação de um grande latifúndio intelectual. É isso o que tem acontecido hoje em dia no mundo, e que está cada vez mais prestes a acontecer no Brasil, a partir dessa argumentação de que é preciso modificar a Lei de Propriedade Industrial. Existe inclusive um projeto de lei que versa sobre isso. A minha opinião é de que a gente tem que deixar o sistema de patentes com a finalidade que ele sempre teve. O direito de propriedade intelectual, como qualquer direito de propriedade, está vinculado à sua função social, e, se ele não respeita os limites do sistema, ele não obedece a sua função social. Eu sou radicalmente contra esse estabelecimento dos grandes latifúndios intelectuais, que tem acontecido. Eu queria falar, enfim, sobre a questão das políticas públicas, do que pode ser feito. Eu não tenho dúvida de que nós temos que começar



fortalecendo as nossas instituições de ensino e pesquisa, e nesse ponto é preciso mudar as políticas das instituições de ensino e pesquisa. Eu torno a dizer: é crucial que se retire esse peso das costas do pesquisador. Não tem que ser o pesquisador a assumir a responsabilidade completa de ir regularizar toda a sua pesquisa perante o CEGEN. É preciso que ele conte com o apoio de sua instituição, pode ser um núcleo de propriedade intelectual, pode ser um comitê de pesquisa, qualquer coisa assim, mas que lhe retire essa obrigatoriedade. No entanto as políticas públicas parecem — eu ia falar uma palavra um pouco mais forte —, mas parecem não apontar nesse sentido. Vejam, por exemplo, que o Museu Goeldi apresentou ano passado um projeto em que instituiu, há 2 anos, na verdade, o núcleo dele de propriedade intelectual, que tinha essa finalidade. A Assessoria Jurídica e Propriedade Intelectual tinha essa finalidade de retirar do pesquisador a obrigatoriedade e de, institucionalmente, assumir esse compromisso. Foi aprovada a primeira fase do projeto, mas agora o CNPq, num novo edital, não aprova a continuidade do projeto. Quer dizer, o projeto continua com a mesma pertinência, a mesma relevância, mas o Poder Público não incentiva que as instituições chamem para si essa responsabilidade interna. Me parece no mínimo desconectada essa política pública. Bom, algumas outras coisas eu gostaria de falar sobre a formação e fixação. Eu queria me contrapor à política de recursos humanos que tem sido feita hoje em dia, que há muito tempo tem sido levada a efeito, a da importação de doutores. A gente tem que investir nas pessoas que são da região. Nós temos pesquisadores, nós temos pessoas habilitadas na Região Norte. É fundamental que exista a cooperação, que as pessoas possam ir para lá, mas esse não deve ser o marco central da política de fixação de recursos humanos. Que se fixe na Amazônia quem tem um compromisso visceral com a Amazônia. A Amazônia é de uma complexidade que todos aqueles que a conhecem podem reconhecer. A Amazônia não é para principiantes. Desenvolver qualquer coisa na Amazônia é muito difícil, e, ou você tem um compromisso histórico, ou seja, você é da região, ou então você tem um compromisso adquirido muito forte. Mas esse compromisso não nasce do dia para a noite. A Amazônia é uma causa. A gente, na Rede Norte, tem um setor de encontro virtual. A gente marca um determinado horário para encontrar todo mundo via Internet. A gente sente isso na pele. Desde as pequenas coisas, tudo é mais



complicado na nossa região. Bom, vamos nos encontrar na Internet às 8 horas da noite. Não, espera aí, 8 horas da noite do Acre, de Manaus, do Pará ou de Brasília? Oito horas de onde? São 4 fusos horários agora, com o horário de verão. Tudo é mais complicado na região, então recursos humanos têm que ser aqueles recursos humanos que tenham compromisso com a Amazônia. Aí eu solicito que as políticas se dirijam às pessoas que são da região e que vão querer ficar lá. Sobre as empresas nacionais, que me foi questionado, eu realmente vou me resguardar o direito de não citar o nome dessas empresas. Mas vou dar um dica para a CPI. Vocês podem tranquilamente levantar quais são as empresas brasileiras e estrangeiras que trabalham com fármacos, que trabalham com cosméticos, que trabalham com alimentos, ou seja, com recursos advindos da biodiversidade. A partir desse levantamento, é possível fazer uma pergunta ao CEGEN: quem tem contrato de acesso? Quem diz que usa conhecimento tradicional — nas suas propagandas, muitas empresas dizem que usam conhecimento tradicional — e tem contrato de acesso no CEGEN? O CEGEN só tem um contrato registrado até hoje, que foi registrado há cerca de 1 mês. É possível fazer esse contraponto, e facilmente vão advir os nomes das empresas. Enfim, dá para fazer na Internet numa tarde, tranquilamente. Sobre isso eu só queria dizer que eu não me preocupo tanto com a história das ONGs de fachada, não. ONGs a gente não pode perder de perspectiva. Elas são congregações da sociedade civil. Como qualquer instituição, elas podem ter o seu desvirtuamento. Acho que fundamental é a gente entender quem está trabalhando com a biodiversidade, trabalhando com o conhecimento tradicional associando isso ao seu *marketing*, associando isso ao seu nome, e não está cumprindo, hoje em dia, o seu dever perante a legislação vigente. São essas as considerações.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar. Eu gostaria, Dra. Eliane Moreira, que essas empresas... Eu entendo inclusive que pode ser que a sua convicção, no que diz respeito a essas empresas, seja sólida, mas não tenha elementos — deve ser isso — para poder comprovar essa suspeita. Mas, de qualquer maneira, e eu entendendo isso, eu queria deixar em aberto para o futuro a possibilidade, nem que fosse sob o nosso sigilo



regimental, de que a gente pudesse ter acesso a essas suspeitas. Não precisa a gente discutir isso agora, mas eu queria deixar essa coisa bem clara. Era só isso.

A SRA. ELIANE MOREIRA - Deputado, eu só queria lhe oferecer, se for de interesse da CPI, a possibilidade de realização dessa exposição aqui, se vocês quiserem, uma exposição com 24 pôsteres que associam o recurso da biodiversidade ao conhecimento tradicional e à patente. Querendo, está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Muito obrigado. Nós vamos discutir com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Queremos agradecer a participação da Dra. Eliane e queremos aproveitar ainda estes últimos 15 minutos para aprovação de alguns requerimentos. Peço ao Dr. Saulo que venha esclarecer aqui algumas dúvidas. Vou passar ao segundo requerimento da ordem, e voltamos imediatamente ao primeiro. O segundo requerimento é o 23, da Sra. Deputada Maria Helena, que solicita sejam convidados os Exmos. Srs. Fábio de Andrade Abdala, Secretário Executivo do Grupo de Trabalho da Amazônia, e um representante da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), para se pronunciarem a respeito das ações das organizações não governamentais no combate à biopirataria. A Deputada não está.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Pela ordem, Sr. Presidente. A Deputada Maria Helena pediu que garantíssemos a aprovação do requerimento. Ela só teve que dar uma saída urgente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Alguém mais gostaria de se manifestar a respeito? É o de nº 23. O primeiro eu suspendi, é o segundo. Gostaríamos de colocá-lo em votação. Os que estiverem favoráveis, por gentileza, fiquem como estão. (*Pausa.*) Aprovado. O primeiro requerimento da pauta é o Requerimento nº 15, do Deputado Hamilton Casara, que requer sejam convocados os Srs. Erney de Camargo — prejudicado, pois ele já esteve hoje aqui —, Dr. Sérgio Resende, Presidente da FINEP, e Dr. Lauro Morhy, Reitor da Universidade de Brasília, UnB, todos eles para prestar esclarecimentos a respeito dos trabalhos desta CPI. Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente, nós entendemos que todas as instituições, particularmente o CNPq, a FINEP e a Universidade de Brasília, principalmente pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável — assim como fez hoje de forma brilhante o Museu Emílio Goeldi, na pessoa do Dr. Pitta —, necessitam de uma avaliação do que vem sendo realizado no sentido de gerar conhecimento dos nossos recursos naturais como forma sistêmica de combater o uso irregular de recursos naturais. Dessa forma, nós estamos entendendo que, como é importante nós trazeremos as instituições que trabalham com comando e controle, é necessário que nós possamos também conhecer o que vem sendo feito pela academia no sentido de realizações de pesquisas e financiamento de pesquisas nesse sentido, principalmente, volto a repetir, pesquisas que promovam a geração de conhecimento e levem alternativas econômicas para as comunidades que são mais atingidas pelo brutal processo da utilização irregular de recursos naturais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Após as palavras do Deputado Casara, gostaríamos de saber se mais algum Deputado gostaria de externar sua opinião. (*Pausa.*) Não havendo inscritos, em discussão. Os Deputados que aprovam o requerimento, por gentileza, permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado. Na seqüência, requerimentos. Se me permitem, vou agregar o Requerimento nº 24 — todos da Deputada Perpétua Almeida —, que requer seja convidada a Sra. Rosália Serrano, Secretária da Organização do Tratado de Cooperação Amazônia, ao Requerimento nº 31, que requer a convocação do Sr. Antônio Celso Usso, sócio da empresa Shakti da Amazônia. Os outros são sobre informações. Esses 2 requerimentos são de convocação. Por gentileza, com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, o primeiro requerimento de convocação é da Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônia, exatamente para que ela possa nos ajudar aqui nesta CPI, tendo em vista que, agora no mês de setembro, houve um encontro em Manaus com os países vizinhos e da lá se tirou a Carta de Manaus, com considerações importantes a respeito da questão das populações tradicionais, do desenvolvimento tecnológico, das investigações científicas e, ainda, da formação de recursos



humanos orientados à busca de soluções para os problemas econômicos, sociais, ecológicos, tecnológicos, educativos e culturais da Amazônia. Ressalta-se ainda, entre outras diretrizes apontadas, a promoção de uma efetiva coordenação de entidades nacionais competentes para combater a biopirataria, o tráfico de animais e o uso e comércio sustentável dos recursos madeireiros. Isso é importante, porque ajudará os trabalhos da nossa CPI. O outro requerimento, que requer a presença do Sr. Celso Usso, sócio da empresa Shakti da Amazônia Ltda., tem a ver com as constantes denúncias naquela região do Acre e fronteira com o Peru a respeito da retirada do cipó, porque pode exatamente estar havendo tráfico naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Algum Deputado gostaria de se manifesta a respeito? Nenhum inscrito. Em discussão. *(Pausa.)* Os Deputados que estejam favoráveis, por gentileza, permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado. Na seqüência, nós temos aqui requerimentos de informações, começando pelo Requerimento nº 25, em que a Deputada Perpétua Almeida requer informações ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, órgão do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, sobre o patenteamento de produtos oriundos da fauna e flora brasileira requeridos por instituições nacionais nos últimos 5 anos. Na seqüência, o de nº 26, da Deputada Perpétua Almeida, que requer informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre pedido de patente de produtos brasileiros por instituições internacionais, em especial das propriedades do sapo kambô, *Phyllomedusa bicolor*. O terceiro é o de nº 27, em que a Deputada requer informações ao Ministério da Agricultura, através da EMBRAPA, sobre a quantidade de patentes requeridas ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual pelas unidades da Amazônia brasileira no período compreendido nos últimos 5 anos. O Requerimento nº 28 requer informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia sobre instituições parceiras de pesquisa no Brasil, ou seja, sobre instituições estrangeiras consorciadas com órgãos de pesquisa nacional na área de biotecnologia, bem como a nação de origem, os recursos e as respectivas instituições conveniadas. O Requerimento nº 29 requer informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia sobre o financiamento à pesquisa em todo o território nacional, especificando os valores repassados às instituições de pesquisa em biotecnologia nos últimos 5 anos. E o Requerimento nº 30, ao Instituto do Meio Ambiente e dos



Recursos Renováveis, através do Ministério do Meio Ambiente, em que solicita o resultado de comissão de sindicância que apurou denúncias sobre o desmate e o transporte ilegal de 90 toneladas da espécie Unha-de-gato, *Uncária tomentosa*, em setembro de 2004, na cidade de Cruzeiro do Sul. Para encaminhar, a Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Na verdade, Sr. Presidente, todos eles já têm uma explicação bem sucinta, e eu pediria que o plenário aprovasse os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão. (*Pausa.*) Não havendo nenhum inscrito, os Deputados que o aprovam permaneçam, por gentileza, como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado. Por último, mais 2 requerimento, da Deputada Maria Helena, que solicita seja convidado a comparecer em reunião de audiência pública representante da Comissão Pró-Yanomani, para se pronunciar a respeito das ações desenvolvidas em 7 comunidades ianomânis por essa ONG, CCPY. Em discussão. (*Pausa.*) Não havendo quem se manifeste, os que estiverem favoráveis, por gentileza, permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado. Por último, o requerimento do Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, que requer sejam convidados para prestar depoimento os Drs. Marcelo Rocha, Presidente da organização não governamental SOS Fauna; Antônio Carlos Hummel, Diretor de Florestas do IBAMA; Rômulo Fernandes Barreto Mello, Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA; Ricardo Soavinski, Coordenador-Geral de Fauna do IBAMA; Francisco Luiz Câmara Tavares, Coordenador-Geral Substituto de Fauna do IBAMA e autoridade administrativa CITES. Com a palavra o Deputado Sarney Filho, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, conforme V.Exa. tem tido a oportunidade de acompanhar, nós tivemos já a oportunidade de ouvir exposições a respeito da extração ilegal de madeira, já tivemos a oportunidade de ouvir sobre biopirataria e agora vamos nos dedicar mais especificamente ao tema do tráfico de animais silvestres, justamente sobre a nossa fauna. É dentro daquele mesmo objetivo. Nós não temos, nessa convocação, nenhuma outra intenção a não ser ouvir relatos, para, através do conhecimento dessas políticas públicas e daquilo que é a impressão da sociedade, podermos formar uma opinião, para a Comissão



formar uma opinião e, aí sim, a partir desse todo, nós poderemos descer às sugestões concretas e particularizadas, inclusive na faculdade que temos, como Comissão, de investigar. Não estamos na fase investigativa ainda, Sr. Presidente. Eu só gostaria, Sr. Presidente, mais uma vez, de fazer uma observação e pedir que V.Exa. faça uma retificação. Não são convites, eu não desejo convidar, eu desejo convocar. Embora, na realidade, seja apenas para prestar conferências a respeito de políticas, eu acho que a CPI, sempre que puder, deve convocar, para que possa impor o respeito que ela tem. Era isso, Sr. Presidente, com essa modificação, se V.Exa. permitir e houver consenso do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em discussão o requerimento de convocação do Deputado Sarney Filho. Com a palavra o Deputado Moacir Micheletto.

O SR. DEPUTADO MOACIR MICHELETTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que o nosso Relator está correto, mas eu não sei se não ficaria deselegante para a nossa Comissão uns nós convidarmos e outros nós convocarmos. Eu estou levantando essa observação, e não sou contrário. Quero deixar bem claro que em assunto de interesse dessa magnitude teria que haver. Mas eu faria essa observação, Presidente, para que nós não fizéssemos para alguns convites e para outros convocações. Teríamos até que justificar o porquê de esses técnicos serem convocados e não convidados. Eu faço essa ressalva, embora eu não tenha uma objeção contrária, Sarney. Estou apenas observando uma questão mais de elegância nossa, até de companheirismo, para que nós pudéssemos fazer uma análise dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Moacir, como regra, foi aprovado aqui, numa das primeiras reuniões, um procedimento que quero submeter à sua elevada análise e consideração. Todos os convites emitidos, todos, independentemente do requerimento inicial, têm sido como convites, e todos vêm sendo aceitos. Só houve um, até agora, que apresentou a justificativa de participar de um simpósio internacional e pediu uma dilação do prazo, até o dia 4 próximo, o único. Todos os outros aceitaram os convites. Então, fazendo o convite, inicialmente, se porventura houver algum que venha a ser recusado, nós teríamos a salvaguarda de, numa segunda oportunidade, convocá-lo. Está bom?



Então, os que estiverem favoráveis, por gentileza, permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado. Eu queria, no encerramento, agradecer a presença de todos e convocá-los para a reunião de amanhã, às 14 horas, no Plenário 12, com a presença do Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), José Antônio Alves Gomes, e do Sr. Adalberto Luís Val, pesquisador também do INPA. Está encerrada a presente reunião, com os nossos agradecimentos. Muito obrigado.